



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO DESPORTO – CCSD**

**PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO FÍSICA NA MODALIDADE EAD
(Projeto de Implantação)**

**RIO BRANCO - ACRE
2022**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - UFAC
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Prof^a. Dra. Margarida de Aquino Cunha
Reitora

Prof. Dr. Josimar Batista Ferreira
Vice-Reitor

Prof^a. Dra. Ednaceli Abreu Damasceno
Pró-Reitora de Graduação

Prof^a. Dra. Margarida Carvalho
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Carlos Paula de Moraes
Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Prof. Dr. Isaac Dayan Bastos da Silva
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Tone Eli da Silva Roca
Pró-Reitor de Administração

Prof. Msc. Alexandre Ricardo Hidd
Pró-Reitor de Planejamento

Filomena Maria Oliveira da Cruz
Pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

MEMBROS DO COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO
FÍSICA

João Petrolitano Gonçalves de Assis - Presidente

Angelita Pereira dos Santos da Conceição

Lucicléia Barreto Queiroz

Jefferson Teixeira Sarmento de Lima

Shirley Regina de Almeida Batista

Rejane Marcelina Ribeiro

Oyatagan Levy Pimenta da Silva

Jader de Andrade Bezerra

Rosângela Aparecida Bertocco Macedo

Nemeia de Oliveira Farias

Aristéia Nunes Sampaio

Pierre André Garcia Pires

Viviani Fernanda Hojas

João Carlos de Oliveira Filho

Bruno Moreira da Silva

Joamerson Paz de Andrade

Thalisney Souza de Paiva

Geovane Bruno Guimaraes Cordeiro

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR

Profa. Dra. Lucicléia Bareto de Queiroz

Prof. Dr. Jader de Andrade Bezerra

Profa. Dra. Angelita Pereira dos Santos da Conceição

Profa. Dra. Neméia de Oliveira Farias

Prof. Me. João Petrolitano Gonçalves de Assis

Prof. Me. Jefferson Teixeira Sarmiento de Lima

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE LICENCIATURA

Profa. Dra. Lucicléia Bareto de Queiroz – Presidente

Profa. Dra. Rosângela Aparecida Bertocco Macedo - Membro

Profa. Dra. Angelita Pereira dos Santos – Membro

Profa. Dra. Shirley Regina de Almeida Batista - Membro

Profa. Dra. Neméia de Oliveira Farias - Membro

Profa. Dra. Jaqueline dos Santos Valette Barros - Membro

Prof. Dr. Pierre André Garcia Pires - Membro

Prof. Me. João Petrolitâno Gonçalves de Assis - Membro

Prof. Me. Jefferson Teixeira Sarmiento de Lima - Membro

Profa. Esp. Rejane Marcelina Ribeiro – Membro

EQUIPE TÉCNICA DA DIADEN

Apoio Técnico Institucional

Diretoria de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino - DIADEN

Prof. Dra. Grace Gotelip Cabral - Diretora

Msc. Emilly Ganum Areal - Coordenadoria de Currículo

Msc. Roberto Mamedio Bastos - Pedagogo

Msc. Mageana de Freitas Souza de Carvalho - Coordenadoria de Regulação e Avaliação

Maria Aparecida Linhares de Sousa Lima - Técnica em Assuntos Educacionais

Msc. Gesiel de Oliveira Brandão - Coordenadoria de Legislação e Normas do Ensino

Liciane Calixto Moura – Secretária Executiva

SUMÁRIO

1	A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	7
1.1	HISTÓRICO E PERFIL INSTITUCIONAL.....	7
1.2	MISSÃO DA UFAC	12
1.3	VISÃO DE FUTURO	12
1.4	VALORES.....	13
2	CONTEXTUALIZAÇÃO, CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA E OS OBJETIVOS DO CURSO	15
2.1	OBJETIVOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	16
2.1.1	<i>Objetivo Geral</i>	16
2.1.2	<i>Objetivos Específicos</i>	16
2.2	OBJETIVOS DO CURSO DE BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA.... ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
2.2.1	<i>Objetivo Geral</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
2.2.2	<i>Objetivos Específicos</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
2.3	PERFIL DO CURSO	17
2.4	JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO	19
2.5	PERFIL DOS EGRESSOS	20
2.5.1	<i>Perfil do Egresso do Curso de Educação Física Licenciatura</i>	20
2.5.2	<i>Perfil do Egresso do Curso de Educação Física Bacharelado</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
2.6	PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	22
2.6.1	<i>Etapa comum</i>	23
2.6.2	<i>Etapa específica – Licenciatura</i>	23
2.6.3	<i>Etapa específica – Bacharelado</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
3	ESTRUTURA CURRICULAR.....	26
3.1	CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA.	26
3.2	CURSO DE BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.3	COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	28
3.4	ESTRUTURA CURRICULAR POR SEMESTRE.....	29
3.4.1	<i>Componentes Curriculares por Semestre Núcleo comum</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
3.4.2	<i>Estrutura Curricular por Semestre Etapa Específica – Licenciatura</i> :.....	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
3.4.3	<i>Estrutura Curricular por Semestre Etapa Específica – Bacharelado</i> :.....	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
3.5	EQUIVALÊNCIA ENTRE DISCIPLINAS DA VERSÃO REFORMULADA E VERSÃO ATIVA ANTERIOR....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.6	EMENTAS E REFERÊNCIAS	41
3.6.1	<i>Disciplinas obrigatórias com ementas e referências da etapa comum</i> :.....	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
3.6.2	<i>Disciplinas obrigatórias com ementas e referências da Etapa Específica da Licenciatura em Educação Física</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>

3.6.3	Disciplinas obrigatórias com ementas e referências da Etapa Específica do Bacharelado em Educação Física.....	Erro! Indicador não definido.
3.6.4	Disciplinas optativas com ementas e referências.....	Erro! Indicador não definido.
4	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (OBRIGATÓRIO)	87
5	ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO	89
6	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC).....	90
7	CURRICULARIZAÇÃO DE EXTENSÃO	91
8	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	82
9	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA E EDUCAÇÃO FÍSICA BACHARELADO.	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
10	INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
11	LEGISLAÇÃO BÁSICA.....	93
11.1	A. LEGISLAÇÃO FEDERAL.....	93
11.2	B. NORMAS E LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL – UFAC	94
12	REFERÊNCIAS	95
	ANEXOS	95

1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

1.1 Histórico e Perfil Institucional

A Universidade Federal do Acre (UFAC) é uma instituição pública de Ensino Superior, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e mantida pela Fundação Universidade Federal do Acre (FUFAC).

Ciente da importância de investir na formação cidadã, possui uma história que se inicia com a criação da Faculdade de Direito, por meio do Decreto Estadual n.º 187, de 25 de março de 1964, seguida pela criação da Faculdade de Ciências Econômicas.

Em 1970, por meio da Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, foram criados os cursos de Licenciatura de Curta duração em Letras, Pedagogia, Matemática e Estudos Sociais, oficializando-se também por meio da Lei Estadual n.º 318, de 03 de março de 1970, a criação do Centro Universitário do Acre.

No ano seguinte, por meio da Lei Estadual n.º 421, de 22 de janeiro de 1971, o Centro Universitário do Acre passou a ser denominado de Fundação Universidade do Acre. Posteriormente, por intermédio da Lei n.º 6.025, de 05 de abril de 1974, ocorreu a sua federalização, com a aprovação do seu primeiro estatuto. Dessa forma, a instituição passou a ser denominada Fundação Universidade Federal do Acre, o que foi regulamentado pelo Decreto n.º 74.706, de 17 de outubro de 1974.

Com a finalidade de desenvolver a Educação Básica, atuando no campo de estágios voltados à prática de ensino, por meio da aprovação da Resolução do Conselho Universitário (CONSU) de n.º 22, de 25 de dezembro de 1981, foi criado, em 11 de dezembro de 1981, o Colégio de Aplicação (CAP), como unidade especial ligado à Reitoria, tendo seu Regimento Interno aprovado e reconhecido para a oferta do Ensino Fundamental, denominado à época de 1º Grau, pela Portaria MEC n.º 36, de 25 de novembro de 1985. Por conseguinte, a Portaria MEC, n.º 143, de 20 de março de 1995, reconheceu e declarou a Regularidade de Estudos do Curso de Ensino Médio.

Nos primeiros anos de funcionamento, o acesso dos alunos ao CAP ocorria através de processo de seleção. A partir de 1990, o ingresso passou a ser efetivado por meio de sorteio público, atendendo as orientações da Portaria MEC n.º 959, de 27 de setembro de 2013, onde ficaram estabelecidas as diretrizes e normas gerais para o funcionamento dos Colégios de Aplicação.

Segundo o art. 2º dessa Portaria, as unidades de Educação Básica, vinculadas às Universidades Federais, devem cumprir com a finalidade de desenvolver, de forma

indissociável, atividades de ensino, pesquisa e extensão, com foco em inovações pedagógicas e na formação docente.

Com a federalização e a aprovação do primeiro estatuto, os cursos de graduação da UFAC foram vinculados a uma estrutura de departamentos. A partir da Resolução n.º 08 do Conselho Universitário, de 28 de maio de 2003, e a aprovação de um novo estatuto, os cursos no Campus Sede, localizado na cidade de Rio Branco, saíram da estrutura de departamento e passaram a ser vinculados a seis Centros Acadêmicos: Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET), Centro de Ciências Biológicas e da Natureza (CCBN), Centro de Ciências da Saúde e do Desporto (CCSD) e Centro de Educação, Letras e Artes (CELA).

No Campus Floresta, criado pela Resolução n.º 012 do Conselho Universitário, de 11 de outubro de 2007, localizado na cidade de Cruzeiro do Sul, inicialmente, todos os cursos ofertados foram vinculados a um único centro denominado de Centro Multidisciplinar (CMULT). Com o aumento da oferta de cursos naquele Campi, a partir de 2011, os cursos passaram a ser vinculados a dois Centros Acadêmicos, o Centro Multidisciplinar (CMULTI) e o Centro de Educação e Letras (CEL), sendo este último criado pela Resolução CONSU n.º 004, de 22 de fevereiro de 2011.

A modalidade Educação a Distância foi institucionalizada na UFAC com a aprovação da Resolução n.º 22 do Conselho Universitário, de 07 de dezembro de 2006, oportunidade em que foi criado o Núcleo de Interiorização e Educação a Distância (Niead). Todavia, somente em 2012, através de parceria com o Governo Federal e Estadual, iniciou suas atividades formativas nessa modalidade com o desenvolvimento do Programa Escola de Gestores, cuja finalidade era a oferta de cursos de Pós-Graduação lato sensu em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica. Para qualificar os formadores para a implementação do programa, o Niead realizou o Curso de formação para tutores, ofertado por meio de ambiente virtual (AVA). Em 2014, a UFAC foi credenciada para a oferta de cursos de graduação na modalidade EaD, contemplando o Curso de Licenciatura em Matemática, que efetivamente iniciou suas atividades no II semestre de 2017. Em 2019, já expandindo a oferta de cursos a distância, foi aprovado a criação do Curso de Licenciatura em Física.

Quanto a forma de ingresso, até 2009, a UFAC utilizava o processo seletivo com seleção própria, mediante vestibular. Em 05 de julho de 2010, mediante a aprovação da Resolução n.º 36 do Conselho Universitário, a instituição aderiu ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como processo de seleção para ingresso nos cursos de Licenciatura em Filosofia e em Música, bem como para as vagas remanescentes do Edital Vestibular 2011. No ano seguinte,

por meio da Resolução n.º 16 do Conselho Universitário, de 26 de maio de 2011, a adesão integral ao ENEM foi concretizada. Com promulgação da Lei n.º 12.711, de 19 de agosto de 2012, denominada Lei das Cotas, para o ingresso em 2013, foram reservadas aos cotistas 25% (vinte e cinco por cento) do total de vagas em cada curso e, para o ingresso em 2014, 50% (cinquenta por cento) do total das vagas.

Em conformidade com as políticas públicas de inclusão social na educação e para aprimorar o atendimento as demandas dos estudantes, para além das Pró-Reitorias existentes (Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, Planejamento, Extensão e Administração), criou-se mediante a Resolução CONSU n.º 99, de 29 de novembro de 2012, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), como órgão circunspecto pelos assuntos estudantis. A nova Pró-Reitoria é responsável pelo planejamento e execução da política de assistência estudantil da universidade. Sua finalidade é promover e gerenciar ações afirmativas de acesso e inclusão social. Dentre essas ações, pode-se fazer referência ao programa de bolsas e auxílios, subsídios no custo das refeições no Restaurante Universitário (RU) e moradia estudantil para o atendimento dos acadêmicos vinculados ao Curso de Licenciatura Indígena no Campus Cruzeiro do Sul.

O Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI), vinculado à PROAES, criado em abril de 2008 e homologado por meio da Resolução CONSU n.º 10, de 18 de setembro de 2008, tem por finalidade de executar políticas de inclusão e acessibilidade de estudantes e servidores com deficiência, garantindo a execução de ações que alcançam os eixos de infraestrutura, currículo, programas e projetos de extensão, programas e projetos de pesquisa. Compete ao NAI a adoção de medidas para garantir as condições de acessibilidade à plena participação e autonomia dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Dentre essas medidas, tem-se o oferecimento das bolsas e auxílios dos Programa de Monitoria de Apoio ao Estudante com Deficiência (Promaed), Programa de Incentivo ao Estudante com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e com altas Habilidades ou Superdotação (Pró- PcD), Programa de Tutoria para Apoio ao Estudante com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e com Altas Habilidades (Protaed) e Programa de Apoio às Ações de Acessibilidade (Pró-Acessibilidade).

O NAI através de sua estrutura pedagógica oferece materiais impressos em braille, em áudio, recursos de informática, materiais impressos em caractere ampliado, material pedagógico tátil, material didático acessível e recursos de acessibilidade à comunicação. Dispõe também de uma equipe técnica multidisciplinar composta por Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, Técnico em Assuntos Educacionais, Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais

(Libras), Fisioterapeuta, Revisores de Texto Braile, Fonoaudiólogo e professores com especialização nas áreas da Educação Especial/Inclusiva.

Em agosto de 2013, foi criada a primeira Comissão de Acessibilidade da UFAC, com o objetivo de atuar em parceria com a Administração Superior no sentido de identificar falhas e propor soluções para a garantia da acessibilidade plena.

Anuindo com a publicação da Lei de Acesso à Informação (LAI – Lei nº 12.527/2011), em julho de 2013, a UFAC criou o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e a Ouvidoria, que funcionam em um único espaço físico de atendimento, garantindo a comunicação entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa, proporcionando a aproximação entre Universidade e sociedade.

Em sintonia com a sua missão institucional, a UFAC oferta atualmente 50 cursos de graduação, sendo 03 cursos com Área Básica de Ingresso (ABI), correspondentes a 01 Bacharelado e 01 Licenciatura cada, 14 licenciaturas e 17 bacharelados no campus sede em Rio Branco, 02 licenciaturas na modalidade de Educação à Distância (EaD), 06 licenciaturas e 05 bacharelados no Campus Cruzeiro do Sul.

Além dessa oferta regular, são ofertados cursos de licenciatura na modalidade presencial, por meio do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), com adesão e implementação efetivada pela UFAC a partir de dezembro de 2012.

Outra contribuição relevante para a sociedade acreana foi a implementação dos Programas Especiais de Formação de Professores para a Educação Básica ao longo de toda a primeira década dos anos 2000, sendo finalizados em 2011, em parceria entre os entes federados (Governos Federal, Estadual e prefeituras dos 22 municípios do Acre).

Na esteira da execução de Programas Especiais de Formação de professores para atuar na Educação Básica, em 2013 foi implementado o Programa Especial de Licenciatura em Matemática (PROEMAT), financiado pela Secretaria de Estado de Educação e Esportes (SEE).

No que se refere aos programas institucionais de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a UFAC iniciou a oferta de cursos em 1996, com o Programa de Mestrado Acadêmico em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais (PPG-EMRN). Em 2006, foram ofertados mais 03 programas de mestrado acadêmico: Produção Vegetal (MPV), Desenvolvimento Regional (MDR) e Linguagem e Identidade (MEL). Em 2008 foram criados os mestrados em Saúde Coletiva (MESC) e, em 2010, o de Ciência, Inovação e Tecnologia para a Amazônia (CITA).

No plano de expansão da Pós-Graduação, em 2013 foram aprovados os cursos de Mestrado em Sanidade e Produção Animal Sustentável na Amazônia Ocidental (MESPA),

Mestrado em Educação (MED) e Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática (MPECIM), este último na modalidade profissional.

Atualmente, a UFAC disponibiliza para o público externo e interno os programas de Pós-graduação em Ensino de Física, em Ciência Florestal, Ciência da Saúde na Amazônia Ocidental, Ensino de Humanidades e Linguagens, Ciência, Inovação e Tecnologia para a Amazônia, Agronomia (Produção Vegetal), Sanidade e Produção Animal, Biodiversidade e Biotecnologia da Rede Bionorte, Saúde Coletiva, Matemática em Rede Nacional, Artes Cênicas, Linguagem e Identidade, ensino de Ciências e Matemática, Desenvolvimento Regional, Ecologia e Manejo de recursos Naturais, Educação e Letras.

Em atenção à Resolução do Conselho Nacional de Saúde/MS n.º 196, de 10 de outubro de 1996, foi criado em 2005 na UFAC, o Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP). Ele é um órgão colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Sua primeira composição deu-se por meio da Portaria/Reitoria n.º 1.183, de 11 de agosto de 2005. Com a finalidade de analisar, emitir parecer e expedir atestados à luz dos princípios éticos na experimentação animal, sobre os protocolos de ensino e experimentação que envolvam o uso de animais e de subprodutos biológicos vinculados à UFAC foi criada também, por meio da Resolução CONSU n.º 17, de 24 de maio de 2012, a Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA).

No que diz respeito ao uso de tecnologias e acesso à informação, foram criados: o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC), instituído pela Portaria/Reitoria n.º 1.250, de 27 de julho de 2012, com atribuição principal de elaborar e acompanhar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC); e, o Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI), instituído pela Portaria/Reitoria n.º 2.372, de 22 de novembro de 2012, com atribuição de desenvolver a política de segurança da informação, visando a garantia da integridade, confidencialidade e autenticidade das informações produzidas ou custodiadas pela UFAC.

No sentido de registrar, tendo em vista a relevância em nível nacional, a UFAC sediou em julho de 2014 a 66ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), evento com um público diário de mais de 15.000 pessoas participantes de conferências, mesas redondas, minicursos, sessões de pôsteres, aliadas às atividades desenvolvidas pela Mostra de Ciência, Tecnologia e Inovação - ExpoT&C e a SBPC Jovem-Mirim e a Cultural,

damos um destaque para a 1ª edição da SBPC Extrativista, da SBPC Indígena e do Dia da Família na Ciência.

A UFAC tem como finalidades a produção e a difusão de conhecimento, visando contribuir para o desenvolvimento pautado pela melhoria das condições de vida da população acreana e a formação de uma consciência crítica, estabelecendo os princípios da autonomia, gestão democrática, diversidade, pluralismo, democratização do ensino, universalidade do conhecimento, cooperação interinstitucional, preservação do meio ambiente, gratuidade e aprimoramento constante da qualidade dos seus serviços.

Os cenários da atualidade mais detalhados podem ser consultados por meio da publicação UFAC em Números, na versão 2019, na qual são disponibilizados, com mais detalhamento, dados e informações relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão, recursos humanos, infraestrutura e orçamento dos Campi Sede (Rio Branco), Campus Floresta (Cruzeiro do Sul) e Campus Fronteira (Brasiléia).

A instituição utiliza como referenciais estratégicos a modernização de sua gestão, disseminando métodos, instrumentos e melhoria de suas práticas de gestão de projetos, compartilhamento de resultados, racionalização de recursos, cultura de alcance de resultados, prestação de contas e transparência dos seus resultados.

Com base em seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2020 – 2024), a UFAC definiu a sua missão, visão de futuro e valores preponderantes. Ressalta-se que se encontra em construção, por meio de Ciclos Acadêmicos que promovem a discussão e potencialização, os encaminhamentos coletivos para o PDI (2010-2024).

1.2 Missão da UFAC

Produzir, sistematizar e difundir conhecimentos, com base na integração ensino, pesquisa e extensão, para formar cidadãos críticos e atuantes no desenvolvimento da sociedade.

1.3 Visão de Futuro

Com o intuito de referenciar seus propósitos e prover os meios que possam regular as relações institucionais e os seus objetivos prospectivos a UFAC almeja:

“Ser referência internacional na produção, articulação e socialização dos saberes amazônicos”.

1.4 Valores

Considerando que os valores traduzem as crenças que intermediam as relações, promovendo o convívio, a UFAC, como instituição pública, laica, plural e referenciada socialmente prima pela:

Nesse contexto, foram validados os seguintes valores para a Ufac:

- **INOVAÇÃO:** Primar pela trajetória da aprendizagem, proporcionando um ambiente de criatividade e inovação, criando espaço para a mudança e readequação.
- **COMPROMISSO:** Possuir liberdade e autonomia acadêmicas, fomentando a consciência coletiva de compromisso com o bem-estar social.
- **RESPEITO À NATUREZA:** Adotar e vivenciar práticas sustentáveis que protejam o meio ambiente.
- **RESPEITO AO SER HUMANO:** Respeitar incondicionalmente os direitos humanos.
- **EFETIVIDADE:** Contribuir ativamente com ações que promovam a eficácia dos objetivos e a eficiência na gestão, atendendo a sociedade.
- **PLURALIDADE:** Conhecer e respeitar os diferentes pontos de vista, promovendo uma consciência global que valorize a tolerância, o respeito mútuo e a diferença.
- **COOPERAÇÃO:** Cooperar com indivíduos, instituições e entidades para o desenvolvimento da universidade e da sociedade.

A história de meio século da Universidade Federal do Acre, desde a criação da Faculdade de Direito em 1964, passando pela institucionalização do Centro Universitário do Acre em 1970, pela criação da Fundação Universidade do Acre em 1971, até sua federalização em 1974, proporcionou-lhe, por vários anos, a condição de ser a única instituição de educação superior do Estado do Acre. Contudo, a despeito da intensa expansão do ensino superior no setor privado, ocorrido no Acre a partir do final da década de 90, a UFAC permanece, hoje, na condição de única universidade pública, no estado.

Quanto a integração estadual, dos vinte e dois municípios acreanos dezoito encontram-se interligados via terrestre, facilitando a atuação da expansão do ensino superior. Todavia, quatro municípios (Santa Rosa do Purus, Jordão, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo) ainda se classificam como municípios de difícil acesso, dificultando a logística, haja vista a ligação ser estabelecida somente por via fluvial e/ou aérea. A despeito das dificuldades, a UFAC tem sido pioneira no atendimento educacional com a oferta de cursos nesses municípios.

O Acre tem ligação limitada por via terrestre com as demais regiões brasileiras, com apenas uma rodovia federal (BR 364) que o liga às demais regiões do país. Todavia, por meio da BR 317 se tem acesso qualificado aos países vizinhos Bolívia e Peru, incluindo os portos do

Oceano Pacífico, possibilitando que a UFAC potencialize a expansão de suas fronteiras a caminho da internacionalização.

Na esteira das transformações tecnológicas, o estado foi incorporado no circuito mundial das redes de comunicação global. Em outras palavras, a Universidade Federal do Acre, que nasceu marcada pelo isolamento geográfico e pelas limitações da interação acadêmica, hoje se defronta com os desafios postos pela globalização, na medida em que todos os canais deste processo se interligam em maior ou menor intensidade.

No contexto local e global em que está inserida, a UFAC tem substituído o paradigma técnico-científico pelo entendimento reflexivo no qual se exige cada vez mais o uso de métodos de ensino transdisciplinares, interdisciplinares, com elevado grau de responsabilidade social. Essas transformações estabelecem novas exigências acadêmicas para o enfrentamento das grandes questões e desafios socioeconômicos da nossa época.

A inserção regional de uma universidade com as características da UFAC, localizada fora do eixo político-econômico das regiões mais centrais, demanda muito mais esforço para que sua missão possa ser levada a termo.

Compreende-se que as ações acadêmicas precisam estar situadas onde a UFAC fincou as suas bases, porém, levando em consideração os contextos mais amplos. Este é o sentido contemporâneo a respeito da inserção regional da educação superior, proveniente do aprendizado nas últimas décadas.

O comprometimento significa o respeito ao entrelaçamento entre as dimensões teórica, histórica e instrumental das ações acadêmicas da instituição, por isso, a necessidade de considerar a regionalidade nos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC), ao mesmo tempo em que se cumprem a legislação educacional vigente e as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso, situando as ações de ensino às de pesquisa e extensão, resguardando os princípios do rigor científico que fundamentam cada uma das áreas de conhecimento.

Nessa direção, a inserção da Universidade Federal do Acre numa Região permeada por fragilidades nos campos social, econômico e técnico-científico e a consciência sobre os desafios impostos exigem que as políticas de ensino, pesquisa e extensão, em todas as suas dimensões, sejam formuladas e implementadas com base, primeiramente, na realidade acreana, sem prejuízos dos critérios que compõem o arcabouço do padrão científico moderno nacional e internacional, local e global.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO, CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA E OS OBJETIVOS DO CURSO

Desde a sua fundação até o final dos anos 90, a UFAC achava-se a única Instituição de Ensino Superior no Estado do Acre. Por esse motivo, protagonizou e assumiu uma postura política de graduação para a qualificação e formação de recursos humanos, tornando-se imperativa a diversificação na oferta de cursos para atender à demanda de mão-de-obra habilitada, necessária ao desenvolvimento econômico, educacional e social do Estado.

Considerando a demanda por diversificação na oferta de cursos de graduação, em novembro de 1990 foi criado, por meio da resolução n° 10/1990 do CEPEX e autorizado pela Resolução n° 12 de 09 de novembro de 1990, do CONSU, os Cursos de Educação Física, nas modalidades de Bacharelado e Licenciatura Plena, posteriormente, reconhecidos pela Portaria Ministerial n° 914, de 06 de agosto de 1997.

De acordo com Broch et al. (2020) a expansão do ensino superior e, no lastro desta, a criação e abertura de novos cursos de Educação Física no Brasil, perpassam alguns elementos, tais como: a consolidação da área como campo de conhecimento; a oferta de duas habilitações (Licenciatura e Bacharelado) nos cursos de formação inicial e as novas demandas geradas no mercado de trabalho da área.

Inicialmente, a criação dos Cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física na Universidade federal do Acre partiu da necessidade de buscar soluções para as transformações resultantes do crescimento desordenado das cidades do Estado, no tocante à falta de planejamento e estrutura, aumento da população e a necessidade de solucionar problemas já existentes e novas demandas decorrentes desse crescimento, destacando-se: a falta de opção para a prática de atividade física, lazer e desporto; a inexistência de espaços físicos destinados a estas atividades; o não aproveitamento do tempo livre, principalmente dos jovens; a preocupação com a saúde da população; a evolução do desporto competitivo acreano exigindo conhecimento técnico e instrumental e a intensificação da prática dos desportos de massa.

Considerando a Resolução nº 6 do Conselho Nacional de Educação de 18 de dezembro de 2018, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências, no seu Art. 5 - Dada a necessária articulação entre conhecimentos, habilidades, sensibilidade e atitudes requerida do egresso para o futuro exercício profissional, a formação do graduado em Educação Física terá ingresso único, destinado tanto ao bacharelado quanto à licenciatura, e desdobrar-se-á em duas etapas, conforme descrição a seguir:

I - Etapa Comum - Núcleo de estudos da formação geral, identificador da área de Educação Física, a ser desenvolvido em 1.600 (mil e seiscentas) horas referenciais, comum a ambas as formações.

II - Etapa Específica - Formação específica a ser desenvolvida em 1.600 (mil e seiscentas) horas referenciais, na qual os graduandos terão acesso a conhecimentos específicos das opções em bacharelado ou licenciatura.

2.1 Objetivos do Curso de Licenciatura em Educação Física

2.1.1 Objetivo Geral

Promover a formação de professores de Educação Física aptos a atuarem em todas as etapas da educação básica visando um profissional ético, crítico e reflexivo, que seja capaz de conhecer e compreender a realidade social para nela intervir, habilitados e qualificados, com domínio de instrumental metodológico que permitam, além do desenvolvimento de sua profissão, propor, organizar e desenvolver atividades voltadas para a formação de hábitos de vida saudáveis e a ressignificação das manifestações e expressões do movimento humano, por meio dos saberes produzidos na área.

2.1.2 Objetivos Específicos

- Assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética.

- Possibilitar o domínio dos conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano.

- Identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras.

- Proporcionar a intervenção acadêmica e profissional de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde do escolar, da formação cultural, da educação e reeducação motora.

- Assegurar a indissociabilidade teoria-prática por meio da prática como componente curricular, estágio profissional curricular supervisionado e atividades complementares.

- Garantir recursos pedagógicos como biblioteca, laboratórios, instalações, entre outros, além de recursos de tecnologias da informação e da comunicação, com qualidade e quantidade, nas instituições de formação.

- Fortalecer e integrar o ensino, pesquisa e a extensão promovendo e intensificando a aproximação do acadêmico com a sociedade.

2.2 Perfil do Curso

O Curso de Educação Física da Ufac tem procurado suprir à demanda da necessidade do mercado de trabalho da área no Estado do Acre, buscando adequá-lo a partir da formação de profissionais qualificados nos diversos segmentos da Educação Física.

A Educação Física vem crescendo e evoluindo com o passar dos tempos, passando da aptidão física e do rendimento esportivo para uma concepção mais abrangente, que contempla todas as dimensões envolvidas em cada prática corporal, influenciando nas “dimensões cultural, social, esportiva, política e afetiva, presentes no corpo das pessoas, que interagem e se movimentam como sujeitos sociais e como cidadãos”.

Desta maneira, a Educação Física, caracteriza-se como um campo de intervenção educacional e profissional que utiliza das mais diversas manifestações da cultura corporal abrangendo áreas como: jogos, esporte, ginásticas e práticas de aptidão física, atividades rítmicas/expressivas e dança, lutas/artes marciais e práticas alternativas e para a promoção da saúde.

A concepção pedagógica do Curso de Educação Física está alinhada aos saberes constitutivos da formação profissional e a construção da sua identidade. Dessa forma esses saberes devem ser garantidos e desenvolvidos de forma concomitante e com igual importância ao longo de todo o processo formativo. O curso, prioritariamente, se constitui num espaço estimulador de uma postura crítica-reflexiva, frente ao desenvolvimento pessoal, profissional e organizacional.

A identidade profissional é construída processualmente a partir da leitura crítica dessas três dimensões, articuladas entre si e localizadas historicamente. Nesse sentido, a mobilização de saberes tradicionais, da experiência e do conhecimento científico irão mediar o processo de construção da identidade dos futuros profissionais. Tais saberes devem ser valorizados, problematizados e investigados ao longo da formação. Aprender para aplicar depois abre espaço para aprender fazendo, aplicando já no processo de formação vivenciado nos cursos. Aprender, aplicar e construir novos saberes fazem parte de um mesmo processo.

Nessa direção, o esforço metodológico para a formação passa pela compreensão das diversas teorias que orientam o fazer profissional de cada área, explicitando-as e relacionando-as com a prática realizada, tornando esse movimento um eixo balizador do processo formativo.

Portanto, a metodologia visa o processo formativo em sua totalidade, considerando as dimensões de metodologias de aprendizagem, metodologia de implantação, gestão e avaliação dos cursos.

Em todas as dimensões, os processos metodológicos serão balizados pelos seguintes princípios: Ancorado em uma concepção de aprendizagem dialógica, que promova o diálogo igualitário, a pluralidade cultural, a transformação, as habilidades de aprender a aprender, a superação da lógica utilitarista que reafirma a si mesma sem considerar as identidades e as individualidades, a solidariedade, a diversidade e as diferenças de formas e ritmos de aprendizagens. Concebe o currículo como um processo aberto sendo continuamente revisado, visto que, tanto os conhecimentos quanto os processos educativos são velozmente gerados, criados e recriados, armazenados, difundidos, e absolvidos, modificando assim, o papel das instituições educacionais e aumentando sua complexidade.

Visão inter, multi e transdisciplinar nas diversas áreas do conhecimento, permitindo o diálogo constante no interior dos cursos, entre os cursos, os centros acadêmicos a extensão e pesquisa.

Autonomia como princípio educativo, presente nas relações pedagógicas de modo a transformar a aprendizagem em um processo autônomo e contínuo.

Cultura de avaliação, como um processo inerente às ações educativas com vistas a estar continuamente corrigindo percursos.

Democracia na gestão dos processos acadêmicos e nas relações interpessoais e profissionais.

Uso das novas tecnologias na otimização da aprendizagem.

Relação teoria e prática como elemento integrador dos componentes da formação profissional, possibilitando fortalecimento e a valorização do ensino e da pesquisa individual e coletiva.

Valorização dos saberes das comunidades tradicionais, integrando nas atividades os cientistas urbanos e os pesquisadores da mata, os alunos e os moradores nas atividades de sala de aula, laboratório e de campo de forma a estar promovendo a interlocução dos saberes.

Institucionalização da participação dos atores das comunidades tradicionais, nos projetos de pesquisa, no reconhecimento do notório saber, nas atividades.

2.3 Justificativa da Oferta do Curso

Desde a sua fundação até o final dos anos 90, a UFAC era a única Instituição de Ensino Superior no Estado do Acre. Por esse motivo, e por ser a maior instituição, assume uma postura política de graduação que a transforma em centro de produção, difusão e formação de recursos humanos, priorizando a diversificação da oferta de cursos, com a finalidade de atender à demanda de mão-de-obra habilitada, necessária ao desenvolvimento educacional e socioeconômico do Estado.

Tendo em vista essa política de graduação, em novembro de 1990 foi criado, através da Resolução nº 10/1990 do CEPEX e autorizado pela Resolução nº 12, de 09 de novembro de 1990, do CONSU, o Curso de Educação Física, nas modalidades de Bacharelado e Licenciatura Plena, posteriormente, reconhecidos pela Portaria Ministerial nº 914, de 06 de agosto de 1997.

Inicialmente, a criação do Curso de Licenciatura em Educação Física nasceu da necessidade de buscar soluções para as transformações resultantes do crescimento desordenado da população acreana, no tocante à falta de estrutura e as dificuldades encontradas nos diversos campos da vida humana, destacando-se: a falta de opção de atividades físicas de lazer e esporte; a inexistência de espaços físicos destinados a estas atividades; o não aproveitamento do tempo livre da população, principalmente dos jovens; a carência de profissionais habilitados na área da Educação Física; a busca do aprimoramento do nível de aptidão física da população; a elevação do nível dos desportos em todas as áreas; a intensificação da prática dos desportos de massa; e a elevação do nível técnico desportivo do Estado.

Durante sua trajetória de existência o Curso além das atividades de ensino tem desenvolvido atividades de pesquisa, extensão e pós graduação lato sensu. No segmento pós graduação, foram ofertados os cursos de Pedagogia da Educação Física Brasileira, Promoção da Saúde através do Exercício, Ciência e Técnica do Desporto e Pedagogia do Movimento, Lazer e Recreação no Tempo Livre.

Em atividades de pesquisa foram concluídos projetos de pesquisa de iniciação científica, que contaram com acadêmicos bolsistas. O curso tem fomentado a realização de dezenas de projetos de extensão, desde eventos, cursos, congressos e projetos de fluxo contínuo que vem sendo desenvolvidos há pelo menos 20 anos, com oferecimento de atividades para a comunidade interna e externa à Ufac.

Com tal perspectiva, seria incompatível frente à dinâmica dos novos tempos, atender essa demanda Municipal e Regional de vagas para o curso de Licenciatura em Educação Física. Assim sendo, a modalidade de Educação Aberta e a Distância (EAD) nos parece ser um dos veículos para que a UFAC amplie com mais agilidade sua função social no estado. Não

obstante, compreende-se que é emergencial a ação do Centro de Ciências da Saúde e do Desporto (CSSD/UFAC), no sentido de assumir o seu papel e suas responsabilidades cívicas e éticas na qualificação de profissionais leigos no ensino da Educação Física em todos os municípios do Estado do Acre.

Portanto, diante da necessidade do cumprimento constitucional de ofertar educação para todos, permitindo a qualificação exigida por lei para sua atuação na docência em Educação Física, apresentamos a proposta do Curso de Licenciatura em Educação Física na modalidade EAD - Educação Aberta e à Distância, que tem como meta a formação dos professores de Educação Física para trabalharem em todos os municípios do Estado do Acre nos sistemas público e privado de Ensino.

2.4 Perfil dos Egressos

2.4.1 Perfil do Egresso do Curso de Educação Física Licenciatura

De acordo com o Art. 4º, Resolução 07/2004 CNE/CES (BRASIL, 2004), o curso de graduação em Educação Física, deverá assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, cuja intervenção fundamenta-se na competência técnico-profissional, com base no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta eticamente responsável. Para tanto, este profissional deverá:

- a) Intervir profissionalmente junto às diferentes manifestações das culturas das atividades físicas e dos esportes, levando em consideração a diversidade do público alvo.
- b) Apresentar uma clara visão científica, dominando instrumentos, métodos e técnicas de pesquisa que permitam intervenções em sua prática profissional.
- c) Demonstrar atitude crítico-reflexiva perante a produção de conhecimento da área, visando obter subsídios para o aprimoramento constante de seu trabalho no âmbito da Educação Física.
- d) Compreender e dominar o processo de intervenção profissional nos campos de trabalho relacionados à área e nas suas relações com o contexto no qual estão inseridos.
- e) Demonstrar capacidade para resolver problemas concretos da prática profissional e da dinâmica das instituições afins, zelando pela aprendizagem e pelo desenvolvimento das pessoas.
- f) Demonstrar capacidade para desenvolver investigação no interesse do desenvolvimento integral da pessoa humana, na descoberta do corpo, no prazer proporcionado pelo movimento, no processo de transformação individual e social.
- g) Considerar criticamente as características, interesses e necessidades e as diversidades dos alunos das pessoas nos momentos de planejamento, aplicação e avaliação dos programas de intervenção profissional.

h) Utilizar adequadamente recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir e compartilhar com as fontes de produção e difusão de conhecimentos e de tecnologias, bem como para qualificar a intervenção profissional.

i) Inserir-se e agir em equipes multiprofissionais de forma efetiva e eficaz no seu campo de atuação, percebendo as redes de relações entre as diferentes áreas.

j) Demonstrar liderança na relação com as pessoas, clareza, adequação e objetividade nas formas de comunicação escrita, verbal e não verbal e desenvoltura no fazer didático, de modo a conduzir adequadamente sua atividade profissional.

k) Ter capacidade de argumentação de modo que saiba justificar e articular sua visão de mundo e sua prática profissional, bem como balizar sua intervenção profissional à luz das teorias produzidas a partir dos campos de conhecimento específicos e afins.

l) Demonstrar capacidade, para, fundamentado nos pressupostos científicos e éticos, intervir profissionalmente no atendimento às carências típicas da pessoa portadora de necessidades especiais, às demandas típicas do envelhecimento da população e dos integrantes dos grupos de risco.

m) Possuir uma ampla visão da realidade social, política, cultural e econômica do país, consciente das reais necessidades e possibilidades do cidadão.

Somado a isso, de acordo com a resolução 02/2015 CNE/CP, o egresso do curso de formação inicial em licenciatura nível superior deverá, ainda, estar apto a:

a) Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

b) Compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

c) Trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;

d) Dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

e) Relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

f) Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

- g) Identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;
- h) Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;
- i) Atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;
- j) Participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- k) Realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;
- l) Utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;
- m) Estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

2.5 Princípios Norteadores da Organização Curricular

A organização Curricular do curso de Licenciatura em Educação Física, segue o estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), estabelecida na Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019 e as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física, Resolução CNE nº 6 de 18 de dezembro de 2018, na qual estabelece que formação em Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação a motricidade ou movimento humano, a cultura do movimento corporal, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, das lutas e da dança, visando atender às necessidades sociais no campo da saúde, da educação e da formação, da cultura, do alto rendimento esportivo e do lazer.

O curso de Licenciatura em Educação Física deverá articular a formação inicial e continuada, tendo como premissa a autonomia do(a) graduando(a) para o contínuo aperfeiçoamento, mediante diversas formas de aprendizado. Dada a necessária articulação entre conhecimentos, habilidades, sensibilidade e atitudes requerida do egresso para o futuro exercício profissional, a formação do Licenciado em Educação Física desdobrar-se-á em duas etapas, conforme descrição a seguir:

2.5.1 Etapa comum

O curso de Licenciatura em Educação Física, terá um núcleo comum correspondente a formação da graduação em Educação Física, ou seja uma área básica de conhecimento com conteúdos curriculares essenciais à definição do perfil profissional do aluno, totaliza 1560 horas, abrangendo os seguintes conhecimentos: I - Biológicos, psicológicos e socioculturais do ser humano; II - Das dimensões e implicações biológicas, psicológicas e socioculturais da motricidade humana/movimento humano/cultura do movimento corporal/atividade física; III - Instrumental e tecnológico e IV - Procedimentais e éticos da intervenção profissional em Educação Física (Quadro 1).

2.5.2 Etapa específica

O curso de Licenciatura em Educação Física contará com uma etapa específica que representa aproximadamente metade da carga horária, na qual será constituída de conteúdos curriculares essenciais à definição do perfil profissional do licenciado em Educação Física, totaliza 1605 horas e deverá considerar os seguintes aspectos:

I - Relevância na consolidação de normas para formação de profissionais do magistério para educação básica como fator indispensável para um projeto de educação nacional;

II - Reconhecimento da abrangência, diversidade e complexidade da educação brasileira nos diferentes níveis, modalidades e contextos socioculturais em que estão inscritas as práticas escolares;

III - Valorização de princípios para a melhoria e democratização do ensino como a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a gestão democrática do ensino público; o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, entre outros.

IV - Necessidade de articulação entre as presentes Diretrizes e o conjunto de normas e legislação relacionadas à educação básica e organizadas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério da Educação.

VI - Mobilização efetiva de princípios que norteiam a formação inicial e continuada nacionais comuns, tais como:

- a) sólida formação teórica e interdisciplinar;
- b) unidade teoria-prática;
- c) trabalho coletivo e interdisciplinar;
- d) compromisso social e valorização do profissional da educação;
- e) gestão democrática; e
- f) avaliação e regulação dos cursos de formação.

VII - Ampliação do conceito de docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

VIII - A formação inicial e continuada de professoras e professores de Educação Física deverá qualificar esses profissionais para que sejam capazes de contextualizar, problematizar e sistematizar conhecimentos teóricos e práticos sobre motricidade humana/movimento humano/cultura do movimento corporal/atividade física nas suas diversas manifestações (jogo, esporte, exercício, ginástica, lutas e dança), no âmbito do Ensino Básico. (Quadro 2).

Quadro 1 - Conhecimentos da Etapa comum da Graduação em Educação Física

CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CH
Conhecimentos Biológicos, Psicológicos e Sociais do Ser Humano	CCSD 216	Anatomia I	60
	CCSD 351	Fisiologia Humana	60
	CCSD345	História da Educação Física e do Esporte	60
	CCSD349	Cinesiologia	60
Conhecimentos das Dimensões e Implicações Biológicas, Psicológicas e Socioculturais da Motricidade	CCSD361	Aprendizagem Motora	60
	CCSD357	Crescimento e Desenvolvimento Humano	60
	CCSD364	Fisiologia do Exercício	60
		Atividades Rítmicas e Dança	60
	CCSD390	Saúde e Meio Ambiente	30
		Ginásticas Competitivas	60
		Atividades Aquáticas I	60

Humana/Movimento Humano/Cultura do Movimento Corporal/Atividade Física		Atividades Aquáticas II	60
		Atletismo I	60
		Atletismo II	60
		Basquetebol	60
		Voleibol	60
		Futebol	60
		Futsal	60
		Handebol	60
Conhecimento Instrumental e Tecnológico, enfatizando a aplicação à Educação Física.		Metodologia da Pesquisa Científica	60
	CELA745	Libras - Língua Brasileira de Sinais	60
	CCSD133	Planejamento e Gestão em Educação Física	60
	CCSD377	Bioestatística	60
Conhecimentos Procedimentais e Éticos da Intervenção Profissional em Educação Física	CCSD348	Cineantropometria	60
		Ética e Bioética em Educação Física	30
		Emergência em Educação Física	60
		Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais na Educação	45
		Educação Física para Pessoas com Deficiência	60
CARGA HORÁRIA TOTAL			1605

Quadro 2 - Conhecimentos da Etapa Específica da Licenciatura em Educação Física

CÓDIGO	DISCIPLINA	CH
CELA212	Didática Aplicada	60
CELA186	Educação e Sociedade	60
CELA660	Investigação e Prática Pedagógica	75
CELA972	Organização Curricular e Gestão da Escola	60
CELA968	Organização da Educação Básica e Legislação de Ensino	60
CELA178	Profissão Docente: Identidade, Carreira e Desenvolvimento Profissional.	60
CELA973	Psicologia da Educação	60
CELA059	Fundamentos da Educação Especial	60
	Ginástica na Escola	60
	Educação Física no Ensino Infantil e Fundamental I	60
	Educação Física no Ensino Fundamental II	60
	Educação Física no Ensino Médio e outras Modalidades de Ensino	60
	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar I	225
	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar II	225
	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar III	225
	TCC I	60
	TCC II	60
	Optativa I	60

	Optativa II	60
CARGA HORÁRIA TOTAL		1650

Quadro 4 – Síntese de identificação do Curso de Licenciatura em Educação Física

Curso	Graduação em Educação Física
Modalidade	Licenciatura
Atos legais de autorização ou criação	Resolução nº 10/1990 do CEPEX - UFAC. Resolução nº 12 de 09 de novembro de 1990, do CONSU – UFAC. Portaria Ministerial nº 914, de 06 de agosto de 1997
Atos legais de reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento	Licenciatura: Portaria SERES/MEC Nº 1098, de 24 de dezembro de 2015, publicada no D.O.U., de 30 de dezembro de 2015.
Título acadêmico conferido	Licenciado em Educação Física
Modalidade de ensino	EAD
Regime de matrícula	Semestral por disciplina/Sistema de créditos
Tempo de duração (integralização)	Tempo mínimo: 4 anos (08 semestres) Tempo máximo: 7 anos (14 semestres)
Carga horária mínima Carga horária do projeto	UFAC Licenciatura: 3.205 horas
Número de vagas oferecidas	50 (cinquenta) Vagas.
Número de turmas por polos	01 turmas por ano
Turno de funcionamento	Integral
Local de funcionamento (Endereço)	Universidade Federal do Acre Campus Rio Branco - BR 364 Km 04, Bairro Distrito Industrial - Rio Branco/Acre
Forma de ingresso	Processo seletivo (ENEM/SISU) e transferência ex-offício; vagas residuais: transferência interna, externa ou portador de diploma superior.

3 ESTRUTURA CURRICULAR

3.1 Curso de Licenciatura em Educação Física.

Quadro 5 - Componentes Obrigatórios

Código	Nome da Disciplina	CH	Créditos			Pré-requisitos (Quando houver)	Acex
			T	P	E		CH
CCSD 216	Anatomia I	60	4	0	0		-
CCSD 351	Fisiologia Humana	60	4	0	0	Anatomia I	-

CCSD345	História da Educação Física e do Esporte	60	4	0	0		-
CCSD349	Cinesiologia	60	4	0	0	Anatomia I	-
CCSD361	Aprendizagem Motora	60	2	1	0		8
CCSD357	Crescimento e Desenvolvimento Humano	60	4	0	0		-
CCSD364	Fisiologia do Exercício	60	4	0	0	Fisiologia Humana	-
	Atividades Rítmicas e Dança	60	2	1	0		8
CCSD390	Saúde e Meio Ambiente	30	2	0	0		-
	Ginásticas Competitivas	60	2	1	0		8
	Atividades Aquáticas I	60	2	1	0		8
	Atividades Aquáticas II	60	2	1	0	Atividades Aquáticas I	8
	Atletismo I	60	2	1	0		8
	Atletismo II	60	2	1	0		8
	Basquetebol	60	2	1	0		8
	Voleibol	60	2	1	0		8
	Futebol	60	2	1	0		8
	Futsal	60	2	1	0		8
	Handebol	60	2	1	0		8
	Metodologia da Pesquisa Científica	60	4	0	0		-
CELA745	Libras - Língua Brasileira de Sinais	60	4	0	0		-
CCSD133	Planejamento e Gestão em Educação Física	60	4	0	0		-
CCSD377	Bioestatística	60	4	0	0		-
CCSD348	Cineantropometria	60	4	0	0		-
	Ética e Bioética em Educação Física	30	2	0	0		-
	Emergência em Educação Física	60	4	0	0		-
	Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais na Educação	45	3	0	0		
	Educação Física para Pessoas com Deficiência	60	4	0	0		-
CELA971	Didática Aplicada	60	4	0	0		-
CELA186	Educação e Sociedade	60	4	0	0		-
CELA660	Investigação e Prática Pedagógica	75	1	2	0		-
CELA972	Organização Curricular e Gestão da Escola	60	4	0	0		-
CELA968	Organização da Educação Básica e Legislação de Ensino	60	4	0	0		-

CELA178	Profissão Docente: Identidade, Carreira e Desenvolvimento Profissional	60	4	0	0		-
CELA973	Psicologia da Educação	60	4	0	0		-
CELA059	Fundamentos da Educação Especial	60	4	0	0		-
	Ginástica na Escola	60	2	1	0		8
	Educação Física no Ensino Infantil e Fundamental I	60	2	1	0		8
	Educação Física no Ensino Fundamental II	60	2	1	0		8
	Educação Física no Ensino Médio e outras Modalidades de Ensino	60	2	1	0		8
	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar I	225	0	0	5		-
	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar II	225	0	0	5		-
	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar III	225	0	0	5		-
	TCC I	60	4	0	0	Metodologia da Pesquisa Científica	-
	TCC II	60	4	0	0	TCCI	-
	Optativa I	60	4	0	0		-
	Optativa II	60	4	0	0		-
Total		3255	136	18	15		128

As questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade, segundo, explicitadas Parecer CNE/CP nº 2, de 9 de junho de 2015, na resolução CNE/CP, nº 2, de 1 de junho de 2015, serão abordados nas disciplinas: Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais na Educação; Didática; Educação e Sociedade; Profissão Docente: Identidade, Carreira e Desenvolvimento Profissional; História da Educação Física e do Esporte; Saúde e Meio Ambiente; Libras - Língua Brasileira de Sinais; Ética e Bioética em Educação Física.

3.2 Componentes Curriculares Optativos

Os componentes curriculares complementares do curso de Educação Física Licenciatura e Bacharelado da Universidade Federal do Acre, serão escolhidos de lista específica (Quadro

4), devendo haver o mínimo de 10 alunos para constituir a turma, perfazendo um total de 120 horas.

A disponibilidade semestral dos componentes curriculares optativos estará condicionada a existência de docente efetivo ou contratado da Universidade Federal do Acre. Os dois componentes curriculares optativos compõem a carga horária total para fins de integralização curricular e poderão ser cursados a partir do 5º semestre, desde que seja disponibilizado pelo curso de Educação Física e tenha disponibilidade de lotação docente nas turmas regulares de opção (5º e 6º semestre). Em qualquer dos casos, deverá o aluno se adequar ao turno de oferta e não poderá comprometer a oferta das disciplinas regulares que estejam cursando (Quadro 4).

Quadro 8. Componentes Curriculares Optativos

Código	Nome da Disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD051	Patologia Geral	60	4	0	0
	Imunologia	60	4	0	0
CCSD384	Modalidades de Esportes de Lutas	60	4	0	0
CCSD389	Saúde coletiva	60	4	0	0
CCSD165	Metodologia do Tênis	60	4	0	0
CCSD392	Esportes Radicais e de Aventura	60	4	0	0
CCSD393	Farmacologia	60	4	0	0
CCSD394	Genética	60	4	0	0
CCSD395	Gerontologia	60	4	0	0
CCSD118	Corporeidade e Movimento	60	4	0	0
CCSD119	Teoria e Prática da Ginástica Escolar	60	4	0	0
CCSD120	Fundamentos do Esporte Escolar	60	4	0	0
CCSD127	Jogo e Educação	60	4	0	0
CCSD159	Teoria e Prática de Jogos e Brincadeira Populares	60	4	0	0
CCSD156	Educação Física na Educação Indígena e Campo	60	4	0	0
	Exercício Físico na Saúde e na Doença	60	4	0	0
CCSD148	Bases Gerais do Treinamento Desportivo	60	4	0	0
Total		1020	68	0	0

3.3 Estrutura curricular por semestre

1º Semestre							
Código	Disciplina	CH	Crédito			Pré-requisito	Acex
			T	P	E		
CCSD 216	Anatomia I	60	4	0	0		
	Atividades Rítmicas e Dança	60	2	1	0		8

CCSD345	História da Educação Física e do Esporte	60	4	0	0		
	Futsal	60	2	1	0		8
CELA186	Educação e Sociedade	60	4	0	0		
	Basquetebol	60	2	1	0		8
CCSD357	Crescimento e Desenvolvimento Humano	60	4	0	0		
TOTAL GERAL		420	22	3	0		24

2º Semestre							
Código	Disciplina	CH	Crédito			Pré-requisito	Acex
			T	P	E		
CCSD 351	Fisiologia Humana	60	4	0	0	Anatomia I	
CCSD361	Aprendizagem Motora	60	2	1	0		8
CELA745	Libras - Língua Brasileira de Sinais	60	4	0	0		
CELA968	Organização da Educação Básica e Legislação de Ensino	60	4	0	0		
	Atletismo I	60	2	1	0		8
	Metodologia da Pesquisa Científica	60	4	0	0		
	Futebol	60	2	1	0		8
TOTAL GERAL		420	22	3	0		24

3º Semestre							
Código	Disciplina	CH	Crédito			Pré-requisito	Acex
			T	P	E		
CCSD348	Cineantropometria	60	4	0	0		
CELA973	Psicologia da Educação	60	4	0	0		
	Atletismo II	60	2	1	0		8
	Atividades Aquáticas I	60	2	1	0		8
	Ginásticas Competitivas	60	2	1	0		8
CCSD349	Cinesiologia	60	4	0	0	Anatomia I	
CCSD133	Planejamento e Gestão em Educação Física	60	4	0	0		
TOTAL GERAL		420	22	3	0		24

4º Semestre							
Código	Disciplina	CH	Crédito			Pré-requisito	Acex
			T	P	E		
	Emergência em Educação Física	60	4	0	0		

CELA 969	Investigação e Prática Pedagógica	75	1	2	0		
	Educação Física para Pessoas com Deficiência	60	4	0	0		
	Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais na Educação	45	3	0	0		
	Atividades Aquáticas II	60	2	1	0		8
CCSD377	Bioestatística	60	4	0	0		
CCSD364	Fisiologia do Exercício	60	4	0		Fisiologia Humana	
TOTAL GERAL		420	22	3	0		8

5º Semestre							
Código	Disciplina	CH	Crédito			Pré-requisito	Acex
			T	P	E		
	Handebol	60	2	1	0		8
	Ética e Bioética em Educação Física	30	2	0	0		
CCSD390	Saúde e Meio Ambiente	30	2	0	0		
	Voleibol	60	2	1	0		8
CELA178	Profissão Docente: Identidade, Carreira e Desenvolvimento Profissional.	60	4	0	0		
CELA972	Organização Curricular e Gestão da Escola	60	4	0	0		
	Educação Física no Ensino Infantil e Fundamental I	60	2	1	0		8
	Optativa I	60	4	0	0		
TOTAL GERAL		420	22	3	0		24

6º Semestre							
Código	Disciplina	CH	Crédito			Pré-requisito	Acex
			T	P	E		
	Ginástica na Escola	60	2	1	0		8
CELA 212	Didática Aplicada	60	4	0	0		
CELA 059	Fundamentos da Educação Especial	60	4	0	0		
	Educação Física no Ensino Fundamental II	60	2	1	0		8
	Educação Física no Ensino Médio e outras Modalidades de Ensino	60	2	1	0		8
	Optativa II	60	4	0	0		

	TCC I	60	4	0	0	Metodologia da Pesquisa Científica	
TOTAL GERAL		420	22	3	0		24

7º Semestre							
Código	Disciplina	CH	Crédito			Pré-requisito	Acex
			T	P	E		
	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar I	225	0	0	5		
	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar II	225	0	0	5		
TOTAL GERAL		450	0	0	10		

8º Semestre							
Código	Disciplina	CH	Crédito			Pré-requisito	Acex
			T	P	E		
	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar III	225	0	0	5		
	TCC II	60	4	0	0	TCC I	
TOTAL GERAL		285	4	0	5		

Quadro 9 – Distribuição da Carga Horária de Curricularização da Extensão

Modalidades a ser utilizada no curso	Carga horária a ser integralizada até 50% do curso.	Carga horária a ser integralizada a partir dos 50% até o penúltimo período do curso.	Total
Componentes curriculares teóricos e/ou práticos das disciplinas	80 h	48 h	128h
Programa e/ou Projetos e/ou Prestação de serviço e/ou Curso de extensão e/ou Evento	100h	100h	200h
Total Geral			328 horas

Quadro 10 – Resumo da Estrutura Curricular com Carga Horária

Descrição/Atividades	Total de Horas	Crédito Total		
		T	P	E
Disciplinas Obrigatórias	2460h	132	18	0

Disciplinas Optativas ou Eletivas	120h	4	0	0
Estágio Curricular Obrigatório	675h	0	0	15
Carga Horária Total	3255	136	18	15
Curricularização da Extensão				
Modelo Disciplinar (MD)	328h			
Modelo Dissociado das Disciplinas (MDD)	128h			
	200h			

3.4 Organização do curso na modalidade à distância

A Educação a Distância (EAD) é uma modalidade educacional cuja mediação nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com o apoio das tecnologias da informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos.

Aspectos como a necessidade do aperfeiçoamento continuado, a compatibilidade entre o tempo e a execução de diferentes atividades profissionais, pessoais e sociais, e o compromisso da Universidade de produzir e levar o conhecimento onde ele se faz necessário, fazem da EAD uma alternativa para democratizar e expandir o ensino de qualidade entre aqueles que anseiam pelo aprendizado. No Brasil, as primeiras Instituições de Ensino Superior (IES) começaram a investigar o tema no início da década de 90, sendo a modalidade oficializada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Na UFAC o Núcleo de Interiorização e Educação a Distância (NIEAD) é responsável por planejar, implementar e avaliar as ações de EAD.

É variado o conjunto de meios que podem ser utilizados na Educação a Distância, constituindo-se, entre outros, de impressos, áudios, vídeos, multimídia, Internet, correio eletrônico (e-mail), chats, fóruns e videoconferências. A interação dos estudantes com os docentes e entre si, apesar do distanciamento geográfico, será garantida por diferentes meios, resultando em maior eficiência para o processo de aprendizagem. Na busca da formação integral dos alunos, para que se transformem em produtores de conhecimento e não em meros receptores de informações, surge a necessidade de uma comunicação multidirecional, mediada por tecnologias apropriadas. Com esse enfoque pedagógico, a aprendizagem será realizada pelos seguintes meios:

- a) material atraente em linguagem adequada;
- b) atividades relevantes e contextualizadas;
- c) troca de experiências e interação social;
- d) fontes de informação de qualidade.

3.4.1 Sistema de comunicação-interação entre os participantes

A comunicação e interação entre os envolvidos no curso de Licenciatura em Educação Física a distância serão garantidas através de recursos da Tecnologia da Informação e Comunicação e de procedimentos que permitam o diálogo constante entre estudantes, professores, tutores e pessoal de apoio. Além de manter estes recursos disponíveis e funcionais, o NIEAD atuará na formação dos professores e tutores para o seu uso, orientando também a equipe que terá contato direto com o aluno (pessoal de apoio dos polos e tutores presenciais).

A infraestrutura física do curso, disporá de um ambiente onde os tutores atenderão aos estudantes que procurarem esclarecer dúvidas. Além disso, essa equipe contará com sistema de comunicação de e-mail. Sendo o serviço de correio eletrônico adotado também pelas coordenações, secretarias, tutorias e pessoal de apoio técnico/suporte a informática.

A UFAC possui um ponto de presença (POP) da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), que fornece ao Campus onde está localizada a coordenação do curso e do NIEAD serviços de Internet banda larga e conferência web. Com isso, o atendimento tutorial, formações, reuniões, palestras e outros casos que exijam a presença dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, podem ocorrer simultaneamente entre um ou mais polos, com a interação em tempo real dos envolvidos.

O processo de comunicação e interação entre os participantes ocorrerá ainda através do uso de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), onde recursos de comunicação síncrona e assíncrona (fóruns de discussão, diários, blogs e chats) serão fortemente explorados pelos docentes e tutores, no intuito de orientar e acompanhar a evolução do estudante ao longo do curso.

Informativos impressos com cronograma, horários de tutoria, formas de contato com professores, tutores e pessoal de apoio, locais e datas de provas e demais atividades (matrícula, conferências web etc.) serão entregues no início de cada semestre e disponibilizados nas secretarias dos polos e no formato digital no AVA. Demais formas de comunicação e interação serão adotadas, tais como o mural de avisos (físico nos polos e virtual no AVA) e um canal de comunicação específico com as secretarias e coordenações (de polo, de curso, de tutoria e do NIEAD), utilizando softwares de mensagem instantânea e voz (MSN Messenger, Skype entre outros).

3.4.2 Material Didático

Para garantir a qualidades do material didático, o Ministério da Educação recomenda, para os cursos de graduação, indicadores de qualidade que estabelecem itens básicos para o planejamento de programas a distância:

- a) considerar que a convergência e a integração de materiais impressos, radiofônicos, televisivos, de informática, de teleconferências, dentre outros, criam ambientes de aprendizagem ricos e flexíveis, quando acrescidos da mediação do professor;
- b) incluir no material educacional um guia impresso que:
 - i) oriente o aluno quanto às características da educação a distância e quanto a direitos, deveres e atitudes de estudo a serem adotadas; ii) informe sobre o curso escolhido; iii) esclareça como se dará a interação com professores e colegas; iv) apresente cronograma e sistema de acompanhamento, avaliação e todas as demais orientações que lhe darão segurança durante o processo educacional.
- c) informar, de maneira clara e precisa, que meios de comunicação e informação serão postos à disposição do aluno (livros-textos, cadernos de atividades, leituras complementares, roteiros, obras de referência, sítios virtuais, vídeos, ou seja, um conjunto impresso e/ou disponível na rede que proporcione flexibilidade e diversidade);
- d) detalhar, nos materiais educacionais, que competências cognitivas, habilidades e atitudes o estudante deverá alcançar ao fim de cada unidade, disciplina, oferecendo-lhe oportunidades sistemáticas de auto avaliação.

A elaboração do material didático do curso de Licenciatura em Educação Física a distância seguirá as orientações do MEC para que o processo educacional atinja seus objetivos. Inicialmente, será utilizado o material didático elaborado pelo Curso de Educação Física, sendo o professor de cada disciplina responsável por eventuais adequações e materiais complementares e pelo guia instrucional. O material didático estará disponível em diferentes formatos e suportes, garantindo múltiplas alternativas de acesso à informação. Dessa forma, os conteúdos básicos de materiais impressos enviados diretamente aos alunos ou postos à disposição nos polos – também constarão na Internet, o que permitirá que os participantes dos cursos se preparem para as mudanças tecnológicas contemporâneas e futuras.

O aluno terá que adquirir o material instrucional a ser utilizado, que será constituído do conjunto de módulos que compõe as disciplinas do curso, do guia didático, de um caderno de exercícios e formulários para as avaliações.

3.4.3 Equipe Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar que dará suporte ao curso de Licenciatura em Física conta com quadro de pessoal da UFAC e bolsistas da Universidade Aberta do Brasil. Estes recursos humanos atuarão no planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação do curso, sendo formados por: a) docentes do curso; b) tutores: presencial e a distância; c) pessoal técnico-administrativo: designer instrucional, webdesigner, assistente administrativo, técnico em informática, técnico de nível superior (pedagogo, analista de sistemas etc.), secretário executivo, programador, diagramador etc. Vale destacar que, o NIEAD possui uma política de capacitação e atualização permanente desta equipe, oferecendo cursos de curta e média duração sobre temáticas diversas como EAD, tecnologias educacionais, produção de material didático, informática básica etc.

3.4.4 Infraestrutura física e tecnológica do curso

O curso de Licenciatura em Educação Física a distância disporá da infraestrutura física e tecnológica existente no Campus Sede de Rio Branco, no Centro de Ciências da Saúde e do Desporto (CCSD). O espaço contará com a disponibilização de sala da coordenação e secretaria do curso, sala de tutoria, sala de reuniões, sala de videoconferência, tele-sala de aula, sala para administração da rede, biblioteca, midiateca, banheiros masculino e feminino (adequados para o uso de portadores de necessidades especiais), copa e depósito/arquivo (almoxarifado).

Estes espaços contam com mobiliário adequado para o funcionamento da gestão administrativa do curso, tais como mesas, cadeiras, armários, ar-condicionado e estantes.

Do ponto de vista tecnológico, o curso irá dispor de um ambiente de redes de computadores previamente instalado e configurado, com equipamentos de conectividade, servidores (web, e-mail, aplicação, banco de dados, backup, arquivos etc.), sistemas de software básicos e específicos.

3.4.5 A Tutoria

Em um curso a distância, no qual o aluno está fisicamente distante do professor, importantes elementos deverão estar envolvidos para que a interação aluno/professor ocorra de fato. A tutoria se destaca como um dos principais componentes para que essa comunicação se estabeleça. Nos diversos modelos de EAD, a tutoria tem desempenhado funções de mediação entre os conteúdos das disciplinas e os alunos, entre professores e alunos, e os alunos entre si.

O tutor, dentro de um sistema de educação a distância, é a figura que estabelece o vínculo mais próximo do aluno, seja presencialmente ou a distância, tanto do ponto de vista dos

conhecimentos acadêmicos como do ponto de vista das atitudes do aluno perante o estudo; o aluno que opta por estudar na modalidade a distância, precisa ser orientado na especificidade desse aprendizado e constantemente motivado para que o abandono do curso seja evitado.

3.4.6 Organização e configuração do sistema de tutoria

A UFAC equacionará seu sistema de tutoria provendo entre a sede e os polos no interior, uma infraestrutura de atendimento ao aluno que consistirá de duas modalidades de tutoria:

- a) Tutoria local.
- b) Tutoria a distância.

A tutoria local será realizada presencialmente nos polos. Os alunos contarão com um sistema de apoio dos tutores em que ocorrerá um encontro presencial semanal de uma hora e meia para cada disciplina.

A tutoria a distância será realizada por meio de telefone e Internet. Cada aluno será acompanhado a distância, em cada disciplina, por docentes de reconhecida competência e que compõem o quadro acadêmico da UFAC. Auxiliando tais professores haverá um corpo de tutores atuando a distância nas salas de tutoria da sede, para o esclarecimento de eventuais dúvidas.

3.4.7 Categorias e competências dos Tutores

À tutoria compete o acompanhamento e a orientação acadêmica dos alunos. Cabe ao tutor, seja no que diz respeito ao conteúdo das disciplinas, a assuntos relacionados à organização e administração do curso ou a problemas de ordem pessoal ou emocional, orientar os alunos no sentido de buscar as soluções cabíveis em cada caso. Também é tarefa da tutoria promover o trabalho colaborativo e cooperativo entre alunos, estimular o estudo em grupos e procurar motivar o estudante durante o curso para evitar a evasão do sistema. As duas modalidades de tutoria da UFAC, presencial e a distância, serão organizadas em torno de três categorias de tutores.

- a) Categoria 1: professores do quadro acadêmico da UFAC, que terão a função de coordenação dos tutores das Categorias 2 e 3, selecionado através de edital, conforme legislação vigente. A equipe deverá ser formada pelos professores, com formação em Educação Física. Após o início da licenciatura, este quadro de coordenadores de tutores poderá ser ampliado, mediante aprovação do colegiado, com a introdução de professores de outras áreas relacionadas ao curso. Os coordenadores de tutoria também participarão do treinamento dos tutores da Categoria 3;
- b) Categoria 2: os chamados tutores a distância responderão às dúvidas relacionadas ao conteúdo das disciplinas tanto dos tutores locais quanto dos alunos, a partir da sala de tutoria

sediada na universidade, por meio de Internet, telefone e fax; estes tutores deverão ser graduados em Educação Física, capazes de auxiliar os alunos na construção do conhecimento nas diversas disciplinas que compõem o curso;

c) Categoria 3: professores selecionados pelo colegiado da Licenciatura em Física a distância, para atuarem nos polos, com a função de acompanhar os alunos presencialmente. Essa categoria deve ter a competência de motivar e encorajar os alunos e entusiasamá-los a manter a disciplina.

O tutor local é uma extensão do professor que está distante. Suas atividades são semelhantes às dos professores; assim, é necessário que os tutores locais tenham uma capacitação específica para orientar os alunos de cursos à distância. Deverá ser um profissional com as possíveis qualificações dos tutores da Categoria 2.

3.4.8 Infraestrutura para o sistema de tutoria

A tutoria será realizada a distância, a partir das salas de tutoria na sede do curso, e a tutoria presencial nos polos. Cada aluno será acompanhado presencialmente e a distância, em cada disciplina, por uma equipe de professores e tutores, e contará com um sistema de consulta aos tutores na universidade, por telefone e Internet. A configuração do sistema de tutoria estará baseada na seguinte infraestrutura física:

a) As salas de coordenação e de tutoria a distância, onde os tutores e os professores responsáveis pelas disciplinas do curso realizarão as atividades ligadas aos respectivos cursos. Essas salas estão sendo equipadas com toda a infraestrutura computacional e de telecomunicações necessária ao acompanhamento dos alunos nos polos.

b) Os polos funcionarão nas cidades do interior e na capital. Esses locais deverão ter uma infraestrutura computacional e de telecomunicações adequada para as atividades de coordenação do polo e tutoria. Além disso, os professores dos diversos campi do interior deverão ser solicitados para o trabalho de tutoria.

3.4.9 Composição da equipe de tutoria na sede

A equipe será composta pelo coordenador do curso, pelos professores autores/conteudistas e pelos tutores. Será publicado edital específico, atendendo a legislação vigente, para as funções de coordenador e de tutores. A quantidade de coordenadores de tutoria pode ser ampliada posteriormente, conforme decisão do colegiado do curso, com a formação de equipe de professores de outras áreas.

3.4.10 Composição da equipe de tutoria nos polos

A equipe de tutoria em um polo é formada de um coordenador geral e da equipe de tutores locais. A cada semana serão marcados nos polos, encontros presenciais de cerca de 3 (três) horas para cada disciplina. O coordenador será responsável pelo acompanhamento geral dos discentes inscritos no curso e pela supervisão dos tutores.

3.4.11 Seleção de tutores

A seleção de tutores será realizada a partir de um processo seletivo realizado pelo NIEAD.

3.4.12 Capacitação de tutores

A formação e o treinamento dos tutores da UFAC serão realizados pela equipe do NIEAD. Essa equipe tomará para si a tarefa de formar e treinar os tutores presenciais (baseados nos polos) e os tutores a distância (baseados na sede). Essa capacitação se processará em três níveis:

- a) capacitação em educação a distância;
- b) capacitação nas mídias que serão utilizadas no curso;
- c) capacitação em conteúdo, utilizando o material didático específico do curso.

O último nível de capacitação terá a forte colaboração dos professores autores/conteudistas.

3.4.13 Relação quantitativa Alunos/Tutores

Para o curso preparatório teremos o sistema de tutoria local constituído de um professor para cada 50 alunos. Além da equipe de tutoria a distância na sede, com três professores do quadro permanente da UFAC e 02 tutores de plantão. Para a licenciatura essa relação se mantém em um tutor local para cada 50 alunos, além dos professores responsáveis pela disciplina na sede e seus tutores auxiliares. Pode-se ter alguns casos em que um tutor local fica responsável por duas ou três turmas, dependendo da sua disponibilidade e também da existência de locais em que haja dificuldade de se encontrar uma quantidade adequada de profissionais qualificados.

3.4.14 Os Polos de apoio Presencial

Para o curso de Licenciatura em Educação Física, está previsto o funcionamento de 8 polos distribuídos no estado do Acre: Rio Branco (capital), Acrelândia, Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Feijó, Brasília, Sena Madureira e Xapuri. Todos os polos já são cadastrados na UAB e neles já funcionam regularmente cursos de graduação na modalidade a distância oferecidos

pela Universidade Federal do Acre. O polo serve como referência aos estudantes e deve oferecer condições de acesso aos meios modernos de informação e comunicação, além de proporcionar o atendimento pedagógico, administrativo e cognitivo necessário ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

3.4.15 Infraestrutura dos Polos

De acordo com SEED/MEC (2007), os polos de apoio presencial devem contar com estruturas adequadas, cuja finalidade é assegurar a qualidade dos conteúdos ofertados por meio da disponibilização aos estudantes de material para pesquisa e recursos didáticos para aulas práticas e de laboratório, em função da área de conhecimento abrangida pelos cursos.

3.4.16 Gestão Acadêmico-Administrativa

A gestão acadêmico-administrativa do curso será compartilhada entre a sua coordenação e o NIEAD, que possui uma estrutura organizada de maneira que dê apoio à logística de produção e distribuição de material, ao inventário de recursos tecnológicos e ao desenvolvimento/suporte de soluções computadorizadas para atender às eventuais demandas administrativas. Os processos de matrícula, trancamento, registros de avaliação, certificação etc. serão integrados ao sistema acadêmico da UFAC. A proposta é que a vida acadêmica do aluno do curso de Licenciatura em Educação Física a distância integre os mesmos trâmites normais da de um aluno do ensino presencial na instituição. A elaboração de um banco de dados específico com informações de estudantes, professores e tutores será realizada, a fim de se obter maior flexibilidade e personalização na definição destes dados. O uso de tecnologias abertas e livres será essencial para permitir que tais dados possam ser intercambiados entre os mais diversos aplicativos utilizados na instituição.

Com o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem o professor também terá maior agilidade na divulgação de informes, conteúdos e avaliações a distância na disciplina a qual coordena. Além da estrutura da sede, as coordenações e secretarias dos polos exercerão papel fundamental no controle e gestão acadêmico-administrativa do curso, elaborando relatórios e acompanhando as ações in loco.

3.4.17 Infraestrutura Necessária para o Funcionamento do Curso

Para o funcionamento do Curso de Licenciatura em Educação Física, serão necessários infraestrutura que possibilitem a realização de atividades práticas. Dentre as estruturas necessária para o funcionamento do curso estão quadras poliesportivas, piscina, Salas de ginástica e campo de futebol. No caso da inexistência da infraestrutura no polo, a UFAC, deverá realizar convênios ou alocações dos espaços para suprir as demandas do funcionamento do curso.

3.5 Ementas e referências

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 216	Anatomia I	60	4	0	0
<p>Ementa: Introdução ao estudo de anatomia. Sistema esquelético. Articulações. Sistema muscular. Sistema nervoso. Sistemas circulatório e linfático. Sistema respiratório. Sistema digestório. Sistema urinário. Sistema genital. Sistema endócrino. Sistema tegumentar.</p> <p>Bibliografia Básica VAN DE GRAAF, K. M. Anatomia Humana. 6 ed. Tradução e Revisão Científica Nader Wafae. Barueri, São Paulo: Manole, 2003. SPENCE, A. P. Anatomia Humana Básica. 2. ed. Tradução de Edson Aparecido Liberti. São Paulo: Manole, 1991. DÂNGELO, J.G.; FATTINI, C.A. Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2002.</p> <p>Bibliografia Complementar MOORE, K. L.; DALLEY A. F. Anatomia orientada para a clínica. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. SPENCE, A. P. Anatomia humana básica. São Paulo: Manole. 1991. p. 713. NETTER, F. H. Atlas de anatomia humana. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2008. p.640. ROHEN, Y.; LUTJEN-DRECOLL. Anatomia Humana: Atlas Fotográfico de Anatomia Sistêmica e Regional, Anatomia. 7. ed. São Paulo: Manole 2010. CARNEIRO, M. A. Atlas e texto de Neuroanatomia, Anatomia, 2. Ed. São Paulo: Manole 2003.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 351	Fisiologia Humana	60	4	0	0
<p>Ementa: Os fenômenos fisiológicos ocorrentes no organismo humano. Fisiologia dos aparelhos e sistemas: neurofisiologia cardiovascular, respiratória, gastrointestinal, urinário, do sistema endócrino e reprodutor.</p> <p>Bibliografia Básica GUYTON, A.C.; HALL, J. E. Tratado de Fisiologia Médica. ed. 11. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.</p>					

RHOADES, R. A.; TANNER, A.G. **Fisiologia Médica**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DOUGLAS. **Tratado de Fisiologia**, 6. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

Bibliografia Complementar

BERNE, R. M.; LEVY, M. N. **Fisiologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

AIRES, M. M. **Fisiologia Básica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

WARD, J.; ROGER, L. **Fisiologia Básica: Guia Ilustrado de conceitos fundamentais, Fisiologia**. 2. Ed. São Paulo: Manole, 2014.

WARD, P. T.; JEREMY, J. W.; RICHARD, M. L. **Fisiologia Básica do Sistema Respiratório**. 3.ed. São Paulo: Manole, 2012.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD345	História da Educação Física e do Esporte	60	4	0	0

Ementa: História e evolução da Educação Física e Desporto, com ênfase nas situações predominantes no caminho da evolução do homem sobre a terra. História da Educação Física e Desporto em nível mundial, nacional e estadual. A Educação Física na contemporaneidade.

Bibliografia Básica

BARBANTI, V. J.; AMADIO, A. C.; BENTO, J. O.; MARQUES, A. T. (Orgs.). **Esporte e Atividade Física: Interação entre Rendimento e Saúde**. Barueri, SP: Manole, 2002.

PRONI, M.; LUCENA, R. (Orgs.). **Esporte, história e Sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002.

TUBINO, M. J. G. **As Teorias da Educação Física e do Esporte: Uma Abordagem Epistemológica**. São Paulo: Manole, 2002.

Bibliografia Complementar

RAMOS, J. J. **Os Exercícios Físicos na História e na Arte: Do Homem Primitivo aos nossos dias**. São Paulo: Ibrasa, 1982.

SOARES, C. **Educação Física: raízes Europeias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2001.

GRIFFI, G. **História da Educação Física e esporte**. Porto Alegre: Luzzatti, 1989.

ELIAS, N. D. E. **Em busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

PARLEBAS, P. **Perspectivas para una educación física moderna**. Andalucia: Unisport Andalucia, 1987.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD349	Cinesiologia	60	4	0	0

Ementa: Introdução ao estudo da cinesiologia; estrutura e ação do músculo estriado; movimentos da cintura; tipos de contrações musculares. Especular; movimentos da articulação do ombro; movimentos das articulações do cotovelo e radio ulnar; movimentos do punho e da mão; movimentos da coluna vertebral; músculos do tórax e quadril. Respiração; movimentos da cintura pélvica e da articulação do movimento do joelho; movimentos do tornozelo e do pé; cinesiologia da postura e marcha, corrida e salto.

Bibliografia Básica

DALAVIER, F.; MICHAEL, G. **Aprendendo Anatomia Muscular Funcional, Cinesiologia**. São Paulo, Manole 2013.

OATIS, C. A. **Cinesiologia: A mecânica e Patomecânica do Movimento Humano**, 2.ed. São Paulo: Manole, 2014.

FLOYD, R. T.: **Manual de Cinesiologia Estrutural, Cinesiologia**, 16. ed. São Paulo: Manole, 2011.

Bibliografia Complementar

JARMEY, C. **O corpo em movimento, Cinesiologia**. São Paulo: Manole, 2008.

GERMAIN, B. C. **Anatomia para o movimento: Introdução à análise das técnicas corporais, Cinesiologia**. São Paulo: Manole, 2010.

MARQUES, A. P. **Movimento Articular (Coluna Vertebral): Aspectos morfológicos e funcionais, Cinesiologia**. São Paulo: Manole, 2012.

COSTA, P. H. L.; FÁBIO, V. S. **Movimento Articular: Aspectos Morfológicos e funcionais (membro inferior), Cinesiologia**. São Paulo: Manole, 2010.

SOUZA, M. Z. de. **Reabilitação do complexo do ombro, Cinesiologia**. São Paulo: Manole, 2001.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Aprendizagem Motora	60	2	1	0

Ementa: Abordagem histórica da Aprendizagem Motora; Habilidades e Capacidades Motoras; Processos da aprendizagem motora: Fases da Aprendizagem Motora, Feedback na aprendizagem, Tipos de práticas na aprendizagem do movimento, Teorias e modelos da aprendizagem motora, controle motor e Programas Motores, Transferência de Aprendizagem. Processamento de informação e tomada de decisão. Conhecimentos dos resultados da aprendizagem motora; Avaliação da aprendizagem motora. Ação curricular de extensão.

Bibliografia Básica

GALLAHUE, D. L; JOHN C.; OZMUN. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. 3.ed. Tradução de Maria Aparecida da Silva Pereira Araújo, Juliana de Medeiros Ribeiro, Juliana Pinheiro Silva. São Paulo: Phorte, 2005.

GALLHUE, D. L. **Educação Física Desenvolvimentista para todas as crianças**. 4ª. ed. Tradução Samantha prado Stamativ e Adriana Elisa Inacio. São Paulo: Phorte, 2008.

MAGILL, R. A. **Aprendizagem Motora: conceitos e aplicações**. São Paulo: Edagrd Blucher Ltda, 2000.

Bibliografia Complementar

SILVA, L. R. R. da. **Desempenho Esportivo: treinamento com crianças e adolescentes**. São Paulo: Phorte, 2006.

TANI, G. **Comportamento motor: Aprendizagem e desenvolvimento**. Guanabara Koogan.

SILVA JUNIOR, A. G.da S. **Aprendizagem por meio da ludicidade**. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.
 FAIRBROTHER, J. T. **Fundamentos do Comportamento Motor, Aprendizagem Motora**. São Paulo: Manole 2012.
 SHUMWAY-COOK, A.; MARJORIE, H. W. **Controle Motor: Teoria e aplicações práticas, Aprendizagem Motora**, 3. ed, São Paulo: Manole, 2010

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Crescimento e Desenvolvimento Humano	60	4	0	0

Ementa: Conceitos de crescimento, desenvolvimento e maturação. Teorias e fases do crescimento e do desenvolvimento físico (aspecto motor), cognitivo, psicossocial. Análise dos mecanismos e variáveis que influenciam o crescimento e o desenvolvimento humano nas diferentes fases de maturação do indivíduo. Experiências de observação e análise dos diferentes estágios de desenvolvimento humano em diferentes espaços de intervenção profissional da Educação Física.

Bibliografia Básica

GALLAHUE, D. L; JOHN C.; OZMUN. **Compreendendo o desenvolvimento motor:** bebês, crianças, adolescentes e adultos. 3.ed. Tradução de Maria Aparecida da Silva Pereira Araújo, Juliana de Medeiros Ribeiro, Juliana Pinheiro Silva. São Paulo: Phorte, 2005.
 GALLHUE, D. L. **Educação Física Desenvolvimentista para todas as crianças**. 4ª. ed. Tradução Samantha prado Stamativ e Adriana Elisa Inacio. São Paulo: Phorte, 2008.
 MALINA, R. M.; BOUCHARD, C. **Atividade física do atleta jovem: do crescimento à maturação**. São Paulo: Roca, 2002.

Bibliografia Complementar

DALAVIER, F.; MICHAEL G. **Aprendendo Anatomia Muscular Funcional, Cinesiologia**. São Paulo: Manole, 2013.
 OATIS, C. A. **Cinesiologia: A mecânica e Patomecânica do Movimento Humano**, 2. ed. São Paulo: Manole, 2014
 FLOYD, R. T.: **Manual de Cinesiologia Estrutural, Cinesiologia**. 16. ed. São Paulo: Manole, 2011.
 BARREIROS, J. Envelhecimento, degeneração, desuso e lentidão psicomotora. In: BARREIROS, J.; ESPANHA, M.; CORREIA, P. P. **Atividade física e envelhecimento**. Cruz Quebrada: FMH, 2006. p. 89-104.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD364	Fisiologia do Exercício	60	4	0	0

Ementa: Introdução aos conhecimentos da fisiologia do exercício, através de estudos teóricos, no intuito de viabilizar o conhecimento básico sobre alterações metabólicas advindas com a atividade física, em crianças, adolescentes, adultos e idosos. Buscar enfatizar o conhecimento sobre as alterações músculo esqueléticas e cardiorrespiratórias decorrentes da prática de atividade física.

Bibliografia Básica

MCARDLE, D. W., KATCH, L. F., KATCH, L. V. **Fisiologia do Exercício. Nutrição, Energia e desempenho humano.** 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
 POWERS, SCOTT K. **Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho** I Scott K. 8. ed. Barueri: SP, Manole, 2014.
 KENNEY, W. LARRY. **Fisiologia do esporte e do exercício.** 5.ed. São Paulo, SP : Manole, 2013.

Bibliografia Complementar

WILMORE, J.H.; COSTILL, D.L. **Fisiologia do Esporte e do Exercício.** São Paulo: Manole, 2001.
 WEINECK, J. **Biologia do Esporte.** São Paulo: Manole, 2000.
 GUYTON, A.C.; HALL, J. E. **Tratado de Fisiologia Médica,** 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
 POWERS, K. S.; EDWARD, T. H. **Fisiologia do Eercicio: Teoria e Aplicação ao Condicionamento e ao Desempenho, Fisiologia do Exercício,** 6. Ed. Manole, 2009.
 ROWLAND, W. T. **Fisiologia do Exercício na criança, Fisiologia do exercício.** 2. ed. São Paulo: Manole, 2008.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Atividades Rítmicas e Dança	60	2	1	0

Ementa: Introdução ao ritmo: Conceito, origem, características, tipos e funções gerais relacionadas ao movimento. Padrões rítmicos: compassos binários, ternários e quaternários. A criatividade no desenvolvimento das atividades relacionadas ao ritmo e ao movimento. A história da dança. Dança Escolar. Danças Folclóricas (classificação e significados). Danças de Salão. Danças atuais. Efeitos terapêuticos da dança. Ação curricular de extensão.

Bibliografia Básica

VERDERI, ÉRICA. **Dança na Escola.** São Paulo: Phorte, 2009.
 PAIVA, IONE MARIA RAMOS DE. **Cantando e brincando: desenvolvendo a afetividade.** Rio de Janeiro: SPRINT, 2006.
 GRAMANI, JOSE EDUARDO. **Rítmica viva - a consciência musical do ritmo.** 2. ed. Campinas: Unicamp, 2008.

Bibliografia Complementar

FERREIRA, VANJA.. **Dança escolar.** 2. ed. Rio de Janeiro: sprint, 2009.
 TUBINO, MANOEL JOSE GOMES. **As teorias da educação física e do esporte.** São Paulo: Manole, 2002.
 SULLIVAN JANDY; STEVEN J. **Cuidados com o jovem atleta.** São Paulo: Manole, 2004.
 VIANNA, KLAUSS. **A dança.** 5. ed. São Paulo: Summus editorial, 2008.
 CAMARGO, MARIA LIGIA MARCONDES DE. **Musica/movimento: um universo em duas dimensões; aspectos técnicos e pedagógicos.** Belo Horizonte: Villa rica, 1994.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD390	Saúde e Meio Ambiente	30	2	0	0

Ementa: Aborda os conceitos gerais de Saúde Ambiental, suas elaborações teóricas e sociais discutindo a interdisciplinaridade desse campo de estudo, assim como, conceitos de promoção da saúde humana e meio ambiente; estímulo à saúde, ecologia social e à cultura de paz; saneamento e manejo ambiental para a promoção da saúde e suas interações com o meio ambiente, as condições sanitárias e as políticas públicas relacionadas e princípios de sustentabilidade; educação permanente e do educador à preservação do meio ambiente e da vida.

Bibliografia Básica

PHILIPPI JUNIOR, R. A. (Editor). **Saneamento, saúde e ambiente:** fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri, SP: Manole, 2005. 841p.

TRINDADE, D. F. (Org.) *et al.* **O Meio Ambiente e a Sociedade Contemporânea.** São Paulo: Suprema Cultura, 2011.

MALETTA, C. H. M. **Epidemiologia e Saúde Pública.** 3. ed. Belo Horizonte: Coopmed, 2013.

Bibliografia Complementar

CARLOS, V. M.; FRACETO, L. F.; ROSA, A. H. **Meio Ambiente e Sustentabilidade.** Porto Alegre: Bookman, 2012.

LOUREIRO, C. F. (Org.). **Sociedade e meio ambiente:** a educação ambiental em debate. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARC, P. S.; JANET, J. **Ecologia e Saúde:** uma medicina para o futuro. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

PAPINI, S. **Vigilância em Saúde Ambiental:** uma Nova Área da Ecologia. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 20012.

ROUQUAYROL, M. Z.; SILVA, M. G. C. da. **Epidemiologia e saúde.** 7. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Ginásticas Competitivas	60	2	1	0

Ementa: Estudo teórico-prático das Ginásticas Competitivas: Ginástica Rítmica, Ginástica Artística, Ginástica Acrobática entre outras. Procedimentos pedagógicos para o seu ensino. Ação curricular de extensão.

Bibliografia Básica

GAIO, R. (Org.). **Ginástica Rítmica:** da iniciação ao alto nível. Jundiaí, SP: Fontoura, 2008.

GONZALES A.; HELOISA de A. **Pedagogia da Ginástica Rítmica:** teoria e prática. São Paulo: Phorte, 2011.

PAOLIELLO, E.; TOLEDO, E. (Orgs.). **Possibilidades da Ginastica Rítmica.** São Paulo: Phorte, 2010.

Bibliografia Complementar

HAAS, J. G. **Anatomia da Dança.** Barueri: Manole, 2011.

FRANKLIN, E. **Condicionamento Físico para dança:** técnicas para a otimização do desempenho em todos os estilos. Barueri: Manole 2013

BROCHADO, F. A.; BROCHADO, M. M. V. **Fundamentos de ginástica artística e de trampolins.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

NUNOMURA, M.; TSUKAMOTO, M. H. C. **Fundamentos das Ginásticas**. São Paulo: Fontoura, 2009.

MENDES, R. A.; LEITE, N. **Ginástica Laboral: princípios e aplicações práticas**. 3. ed. Barueri: Manole, 2012.

NUNOMURA, M. **Ginástica artística**. São Paulo: Odysseus, 2008.

TOLEDO, E. de; SILVA, P. C. da C. **Democratizando o ensino da ginástica: estudos e exemplos de sua implantação em diferentes contextos sociais**. São Paulo: Fontoura, 2013.

ARAÚJO, C.; LEBRE, E. **Manual de Ginástica Rítmica**. Portugal: Editora Porto, 2006.

BERNARDI, L.M.O.; LOURENÇO, M. R. A. **Ginástica Rítmica: ensinando corda, arco e bola**. São Paulo: Fontoura, 2014.

BREGOLATO, R. A. **Cultura corporal da dança**. São Paulo: Ícone, 2007.

MALDONADO, M. T. **Nos passos da dança**. São Paulo: Saraiva, 2006.

VERDERI, E. **Dança na escola: uma abordagem pedagógica**. São Paulo: Phorte, 2009.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Atividades Aquáticas I	60	2	1	0

Ementa: A Natação como educação, esporte, recreação, saúde, terapia. Estudo da mecânica dos estilos e ensino dos nados crawl e costas. Regras aplicadas aos estilos. Nados crawl e costas: fundamentação técnica, saídas e viradas. Noções básicas de polo aquático e nado artístico. Ação Curricular de Extensão.

Bibliografia Básica

MACHADO, D. C. **Metodologia da natação**. São Paulo: Ed. EPU, 1978. 230p.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS AQUATICOS – CBDA. Regras de natação 2022 - 2026, Português e inglês.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS AQUATICOS – CBDA. Regras de polo aquático 2022 - 2026, Português e inglês.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS AQUATICOS – CBDA. Regras de nado artístico 2022 - 2026, Português e inglês.

Bibliografia Complementar

MCLEOD, I. A. **Anatomia da Natação**. Barueri, São Paulo: Manole, 2010.

GREGUOL, M. **Natação Adaptada, Atividades Aquáticas I**. São Paulo: Manole, 2010.

LIMA, W. U. de. **Ensinando natação**. São Paulo: Phorte, 1999.

SUZUKI, F. S.; VIEIRA, A. A. U. **Natação: da pedagogia a biomecânica**. Maringá: Viseu, 2019.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Atividades Aquáticas II	60	2	1	0

Ementa: Estudo da mecânica dos estilos e ensino dos nados peito e borboleta. Regras aplicadas aos estilos, fundamentação técnica, saídas, viradas. Noções básicas de saltos ornamentais e hidrogenástica. Iniciação ao treinamento, organização de competições e balizamento em natação. Ação curricular de extensão.

Bibliografia Básica

MACHADO, D. C. **Metodologia da natação**. São Paulo: Ed. EPU, 1978. 230p.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS AQUATICOS – CBDA. Regras de natação 2022 - 2026, Português e inglês.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS AQUATICOS – CBDA. Regras de polo aquático 2022 - 2026, Português e inglês.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS AQUATICOS – CBDA. Regras de nado artístico 2022 - 2026, Português e inglês.

Bibliografia Complementar

MCLEOD, I. A. **Anatomia da Natação**. Barueri, São Paulo: Manole, 2010.

GREGUOL, M. **Natação Adaptada, Atividades Aquáticas I**. São Paulo: Manole, 2010.

LIMA, W. U. de. **Ensinando natação**. São Paulo: Phorte, 1999.

SUZUKI, F. S.; VIEIRA, A. A. U. **Natação: da pedagogia a biomecânica**. Maringá: Viseu, 2019.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Atletismo I	60	2	1	0

Ementa: Histórico e evolução do atletismo. Tipos de provas existentes no atletismo. Provas de campo e provas de pista; Pista de Atletismo; Escalonamento; Corridas geral das corridas: (velocidade, meio fundo e fundo); locais de saída das corridas na pista; Blocos de saída; comandos do arbitro nas saídas; formas de chegada; Classificação (eliminatórias e finais); Séries e baterias; maratona; marcha atlética; corrida de revezamento, corrida com barreiras e obstáculos; Classificação Geral dos Saltos (Horizontal e vertical); Saltos Horizontais: salto em extensão e salto triplo. Ação curricular de extensão.

Bibliografia Básica

FERNADES, J. L. **Atletismo os saltos: técnicas, iniciação, treinamentos**. São Paulo: EPU.Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO: **regras oficiais de atletismo**. São Paulo: Phorte, 2016-2017.

KIRSCH, A. **Atletismo: metodologia para iniciação em escolas e clubes**. Tradução de Gabriela Annerl Silveira. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1983.

Bibliografia Complementar

FERNADES, J. L. **Atletismo: corridas**. Ed. Pedagógicas e Universitárias: São Paulo, 1979.

ROMERO F. E. **Guia Metodológico de Exercícios em atletismo: formação, técnica e treinamento**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA, M. C. M. de. **Atletismo escolar: uma proposta de ensino na educação infantil**. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.

SUSLOV, F. P. **Atletismo: preparação dos melhores corredores do mundo nas provas de velocidade e barreira**. Londrina: Midiograf, 1998. 100p.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Atletismo II	60	2	1	0
<p>Ementa: Classificação Geral dos Saltos (Horizontal e vertical); Saltos verticais: salto em altura e Salto com Vara; Estilos do salto em altura (estilo Tesoura; estilo Rolo Ventral e estilo Fosbury Flop); Regras e regulamentos dos saltos verticais; Classificação geral dos lançamentos (Peso, Disco, martelo e dardo); Diferença entre lançamentos e arremessos; regras gerais dos lançamentos; Peso (estrutura do implemento, regras e movimentos técnicos); Disco (estrutura do implemento, regras e movimentos técnicos); Dardo (estrutura do implemento, regras e movimentos técnicos); Martelo (estrutura do implemento, regras e movimentos técnicos); Estudos dos conteúdos e procedimentos técnicos e pedagógicos que levam a uma vivência e aprendizagem do atletismo para o ensino nos diferentes níveis escolares e de competição. Introdução a organização de uma competição de Atletismo. Ação curricular de extensão.</p> <p>Bibliografia Básica FERNADES, J. L. Atletismo os saltos: técnicas, iniciação, treinamentos. São Paulo: EPU.Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. ATLETISMO: regras de competição. 2004-2005. SP. Phorte editora. 2005. CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO: regras oficiais de atletismo. SP. Phorte, 2016-2017.</p> <p>Bibliografia Complementar FERNADES, J. L. Atletismo: saltos e lançamentos. São Paulo: EPU.Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. ROMERO F. E. Guia Metodológico de Exercícios em atletismo: formação, técnica e treinamento. Porto Alegre: Artmed, 2004. OLIVEIRA, M. C. M. de. Atletismo escolar: uma proposta de ensino na educação infantil. Rio de Janeiro: Sprint, 2006. SUSLOV, F. P. Atletismo: preparação dos melhores corredores do mundo nas provas de velocidade e barreira. Londrina: Midiograf, 1998. 100p.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Basquetebol	60	2	1	0
<p>Ementa: Estudo da origem, evolução, objetivos e regras básicas do basquetebol. Aprendizado de técnicas, táticas e conceitos básicos de sistemas de defesa e ataque. Os processos pedagógicos para o ensino do basquetebol. Orientação didático-pedagógica para utilização do basquetebol como recurso educativo e basquete em cadeira de rodas. Ação curricular de extensão.</p> <p>Bibliografia Básica CARVALHO, W. Basquetebol: Sistemas de ataque e defesa. Rio de Janeiro: Sprint, 2001. FERREIRA, A. E. X.; ROSE JUNIOR., D. de. Basquetebol: técnicas e táticas uma abordagem didático-pedagógica. São Paulo: EPU, 2010. PAES, R.R.; MONTAGNER, P.C.; FERREIRA, H.B. Pedagogia do esporte: iniciação e treinamento em basquetebol. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.</p>					

Bibliografia Complementar

DAIUTO, M. **Basquetebol**: Metodologia do ensino. São Paulo: Editora Brasipol, 1983.

DAIUTO, M. **Basquetebol**: Origem e evolução. São Paulo: Editora Iglu, 1991.

CBB, FIBA. **Livro de Regras Oficiais de Basquetebol**. 2002.

ROSE JUNIOR, D. de; VALMOR T. **Basquetebol**: Uma Visão Integrada Entre Ciência e Prática, Basquetebol, Manole 2010.

MARONEZE, S. **Basquetebol**: Manual de Ensino. São Paulo: Icone, 2013.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Voleibol	60	2	1	0

Ementa: Dimensões históricas do voleibol, evolução e análise das regras. Introdução aos movimentos técnicos do voleibol e seus processos pedagógicos de ensino, fundamentos táticos do voleibol: sistemas de defesa e de ataque. Orientação didático-pedagógica para utilização do voleibol como recurso educativo, planejamento, metodologias de ensino e avaliação. Ação curricular de extensão.

Bibliografia Básica

BORSARI, J. R. **Voleibol**. Aprendizagem e Treinamento .4. ed. Ampliada e Atualizada 2010 – 2012.

BIZZOCCHI, C. **O Voleibol de Alto Nível**: da Iniciação À Competição – 4. ed. São Paulo: Manole, 2013.

BOJIKIAN, J. C. M.; BOJIKIAN, L. P. **Ensinando Voleibol**. 5. ed. São Paulo: Phorte, 2012.

Bibliografia Complementar

REYNAUD, C.; SHONDELL, D. **A Bíblia do Treinador de Voleibol**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SUVOROV, Y. P. **Voleibol**: Iniciação. Volume 1. 4. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

SUVOROV, Y. P. **Voleibol**: Iniciação. Volume 2. 4. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

BOJIKIAN, J. C. M. **Ensinando Voleibol**. 5. ed. São Paulo: Phort, 2012.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Futebol	60	2	1	0

Ementa: Dimensões históricas do futebol de campo. Processos pedagógicos para o ensino do futebol de campo. Aspectos técnicos, táticos, físicos, e psicológicos na formação e desenvolvimento do jogador. Orientação didático-pedagógica para utilização do futebol de campo como recurso educativo. Noções de regras. Ação curricular de extensão.

Bibliografia Básica

THIENGO, C. **Glossário do Futebol Brasileiro**: termos e conceitos relacionados às dimensões técnica e tática. 2.ed.Rio de Janeiro: CBF Academy Brasil, 2020.

FREIRE, J. B. **Pedagogia do Futebol**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

GOMES, A. C. **Futebol**: treinamento desportivo de alto rendimento. Porto alegre: Artemed, 2008.

Bibliografia Complementar

DRUBSKY, R. **O Universo Tático do Futebol-Escola Brasileira**. Belo Horizonte: Editora Health., 2003.
 KIRKENDALL T. D. **Anatomia do Futebol**: Guia Ilustrado para o aumento de força, velocidade e agilidade no futebol. São Paulo: Manole, 2009.
 FRISSELLI, A.; MANTOVANI, M. **Futebol**: Teoria e Prática. São Paulo: Phorte, 1999.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Futsal	60	2	1	0

Ementa: Dimensões históricas do futsal e evolução das regras. Processos pedagógicos e fundamentos básicos da aprendizagem do futsal. Orientação didático-pedagógica para utilização do futsal como recurso educativo. Aspectos técnicos e táticos para a formação de atletas. Ação curricular de extensão.

Bibliografia Básica

ANDRADE, M. X. **Futsal Início, Meio e Finalidade**: noções sobre preparação física, tática e técnica. Marechal Cândido Rondon: Líder, 2010.
 SALES, R.M. **Futsal & Futebol**: bases metodológicas. São Paulo: Ícone, 2011.
 ANDRADE JUNIOR, J. R. de. **Futsal - Aquisição, Iniciação e Especialização**. Juruá Editora, 2007.

Bibliografia Complementar

GOMES, A. C.; MACHADO, J. de A. **Futsal**: metodologia e planejamento na infância e adolescência. Londrina: Midiograf, 2001.
 FERREIRA, R. L. **Futsal e a iniciação**. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.
 MELO, R. S. de. **Futsal**: 1000 Exercícios. Rio de Janeiro: Sprint, 2011
 NAVARRO, A. C.; ALMEIDA, R. de. **Futsal**. São Paulo: Phorte. 2008.
 MUTTI, Daniel. **Futsal**: da Iniciação ao Alto Nível. São Paulo: Phorte, 2003.
 SAAD, M. A.; COSTA, C. F. **Futsal**: movimentações defensivas e ofensivas. 2. ed. Visual Books.
 VOSER, R.C. **Iniciação ao Futsal**: abordagem recreativa. 3.ed. Canoas: ULBRA, 2004.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Handebol	60	2	1	0

Ementa: Dimensões históricas do handebol: origem, desenvolvimento, institucionalização e análise das regras. Fundamentos técnicos e táticos do handebol. Processos e Aplicações didático-pedagógicas para o ensino do handebol: planejamento, metodologias de ensino e avaliação. Estudo da dimensão social do handebol. Reflexão sobre pesquisas e práticas de ensino do handebol. Ação curricular de extensão.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, A. G.; DECHECHI, C. J. **Handebol**: Conceitos e Aplicações. Barueri: Manole 2012.
 GRECO, P. J.; ROMERO, J. J. F. **Manual de Handebol**: da iniciação ao alto nível. São Paulo: Phorte, 2012

TENROLLER, C. A. **Handebol**: teoria e prática. Rio de Janeiro: 3. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2008.

Bibliografia Complementar

ALBUQUERQUE, L. R. **Handebol**: da iniciação à preparação esportiva. Curitiba: Champagnat PUC-PR, 2013.

STEIN, Hans-Gert.; FEDERHOFF, E. **Handebol**. 2.ed. Lisboa: Estampa, 1995.

SIMÕES, A. C. **Handebol defensivo**: conceitos técnicos e táticos. 2.ed. São Paulo: Phorte, 2008.

SANTOS, L. R. G. **Handebol**: 1000 exercícios. 2.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Metodologia da Pesquisa Científica	60	4	0	0

Ementa: Prática de leitura. Importância, compreensão e interpretação de textos. Fundamentos da metodologia científica. Pesquisa científica. Aspectos éticos da pesquisa. Normalização, elaboração e apresentação de trabalhos científicos.

Bibliografia Básica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR.1587 – Projeto de pesquisa. Rio de Janeiro: ABNT, 2011

_____ NBR.6027:2003. Informação e documentação – Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____ NBR.6023:2002. Informação e documentação - Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____ NBR.10520:2002 – Informação e documentação – Apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002.

_____ NBR.6028:2003. Informação e documentação – Resumo – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____ NBR.6024:2003. Numeração progressiva das seções de um documento escrito – Procedimentos. Rio de Janeiro, 2003.

_____ NBR.14724:2006. Informação e documentação – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2006.

FURASTÉ, P. A. **Normas técnicas para o trabalho científico**, 18. ed. Porto Alegre: Dactílio Plus, 2016.

MATTOS, M.; ROSSETTO, A.; BLECHER, S. **Metodologia da Pesquisa Em Educação Física**: construindo sua monografia, artigos e projetos. 3. ed. São Paulo: Phorte, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, J. L. de. **Texto Acadêmico**: técnicas de redação e de pesquisa científica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do Trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas 2010.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 5. ed. Tradução de Denise Regina de Sales e Márcia dos Santos Dornelles. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CELA745	Libras - Língua Brasileira de Sinais	60	4	0	0

Ementa: Utilização instrumental da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e seu uso em contextos reais de comunicação com a pessoa surda. Conhecimento específico acerca dos aspectos sintáticos, morfológicos e fonológicos de Libras. Fundamentos legais do ensino de Libras.

Bibliografia Básica

FELIPE, T. A. LIBRAS EM CONTEXTO: Curso Básico – Livro CD/DVD do Estudante. CDU. Ed. Brasília: MEC – SEESP – Programa Nacional Interiorizando a Libras, 2007.

FERNANDES, S.; STRBEL K.. **Aspectos Linguísticos da Língua Brasileira de Sinais**. Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira**: Estudos Linguísticos. Porto Alegre. Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar

ALBRES, N.de A.; VILHALVA, S. **Língua de Sinais**: Processo de Aprendizagem como Segunda Língua. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República: Casa Civil, 2005. Disponível em: [HTTP://www.mec.gov.br/seesp](http://www.mec.gov.br/seesp)>. Acesso em: 04 jun. 2008.

BRASIL. Sabores e Práticas da Inclusão: desenvolvimento competência para o atendimento as necessidades educacionais especiais de alunos surdos. 2. ed. Coordenação geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CEFET/SC. Centro Federal de Educação Tecnologia de Santa Catarina/ Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação de Surdos – NEPES. Santa Catarina. Caderno Pedagógico I. Curso de Libras. 2007.

Dicionário da Língua Brasileira de Sinais Libras. Dicionário da Língua Brasileira dos Sinais. www.acesobrasil.org.br/libras/. 2006.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Planejamento e Gestão em Educação Física	60	4	0	0
<p>EMENTA: Administração, gestão e organização das atividades de Educação Física e Desportos no sistema de ensino, estruturas governamentais, elaboração de projetos, organização de eventos e certames esportivos. Ação curricular de extensão.</p> <p>Bibliografia Básica MARCELLINO, N. C.; ZIGNONI, P.; PINTO, L. M. S. M. (Org.). Como Fazer Projetos de Lazer: elaboração, execução e avaliação. Campinas: Papyrus, 2007. POINT, D. R. Organização de Eventos Esportivos. Londrina: Midiograf, 2004. REZENDE, J. R. Sistemas de Disputas para Competições Esportivas: torneios & campeonatos. Rio de Janeiro: Phorte, 2007.</p> <p>Bibliografia Complementar DRUCKER, P. F. Introdução à Administração. São Paulo: Pioneira, 1998. ROCHE, F. P. Gestão Desportiva: planejamento estratégico nas organizações desportivas. Porto Alegre: Artmed, 2002. TUBINO, M. J. G. Dimensões Sociais do Esporte. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2015. SCHIMITT, P. M. (Org.). Novo Código Brasileiro de Justiça Desportiva – Alterado pela Resolução 29, de 10/12/2009 do CNE. São Paulo: Quartier Latin, 2010.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Bioestatística	60	4	0	0
<p>EMENTA: Estudo da utilização de conceitos estatísticos aplicados à pesquisa científica. Ensino prático com utilização de softwares na investigação do processo de coleta, organização, tabulação, análise, interpretação e apresentação de dados de pesquisa em Educação Física.</p> <p>Bibliografia Básica CRESPO, A. A. Estatística Fácil. 19 ed. Atual. São Paulo: Saraiva: 2009. CLARK, J.; DOWNING, D. Estatística Aplicada. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. BÓS AJG. Epi Info Sem Mistérios: um manual prático. EDIPUCRS. Porto Alegre, 2012.</p> <p>Bibliografia Complementar ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. Estatística Aplicada à Administração e Economia. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. VIEIRA, S. Bioestatística: tópicos avançados. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 2010. OLIVEIRA, J.U.C. Estatística: uma nova abordagem. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Cineantropometria	60	4	0	0
<p>Ementa: Origem e evolução da cineantropometria. Conceitos gerais e princípios das medidas. Medidas e avaliação morfológicas e antropométricas. Medidas e avaliação funcionais. Métodos e técnicas em avaliação. Avaliação das qualidades físicas.</p> <p>Bibliografia Básica FERNANDES FILHO, J. A prática da avaliação física. 2. ed. Rio de Janeiro: Shape, 2003. MARINS, J. C. B.; GIANNICHI, R. S. Avaliação e prescrição de atividade física: guia prático. Rio de Janeiro: Shape, 1996. ROCHA, P. E. C. Medidas e avaliação em ciências do esporte. 7. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2008.</p> <p>Bibliografia Complementar MATSUDO, S. M. M. Avaliação do idoso: física e funcional. Londrina: Midiograf, 2000. PETROSKI, E. L. (Org.). Antropometria: técnicas e padronizações. Porto Alegre: Palotti, 1999.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Ética e Bioética em Educação Física	30	2	0	0
<p>Ementa: EMENTA: Conceituação e compreensão da ética como construção pessoal e social. Dilemas morais que permeiam o exercício da profissão no contexto plural brasileiro. Fundamentos éticos indispensáveis à formação do Profissional de Educação Física. Caracterização da ética profissional, da conduta profissional em Educação Física. Código de Ética da Educação Física.</p> <p>Bibliografia Básica BARBOSA, C. L. de A. Ética na Educação Física. São Paulo: Vozes, 2013. TOJAL, J. B.; BARBOSA, A. P. (Orgs.) A Ética e a bioética na preparação na intervenção do profissional de educação física. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2006. MOSQUERA-GONZÁLEZ, M. J.; PATO, A.S. Modelo educativo da «não violência» e do fair-play para o esporte e para a vida. Les règles éducatives à travers le Code de la «?non-violence?» et du fair-play [Modelo educacional de “não violência” e fair play para o esporte e para a vida. As regras educacionais através do Código da “não violência” e do jogo limpo]. Ciências do Movimento e do Esporte. v. 92, p.57–62, 2018.</p> <p>Bibliografia Complementar FORTES, P. A de C. Ética e saúde: questões éticas, deontológicas e legais: autonomia e direitos do paciente: estudos de casos. São Paulo: EPU, 2005. GOMES, N. L. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. <i>In</i>: Eliane Cavalleiro. (Org.). Racismo e anti-racismo na educação; repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. TOJAL, J. B. (Org.); COSTA, L. P. da; BERESFORD, H. Ética Profissional na Educação Física. Rio de Janeiro: Shape, 2004. BRANDÃO, C. Bioética na Educação Física. Maceió: Catavento, 2003.</p>					

DURAND, G. **Introdução geral à bioética**: história, conceitos e instrumentos. São Paulo: Loyola, 2003. 431 p. ISBN 85-15-02578-7.
 ARAÚJO, L. Z. S. de. **A Bioética nos experimentos com seres humanos e animais**. Montes Claros: Unimontes, 2002.
 DAOLIO, J. **Educação física e o conceito de cultura**. Campinas: Autores Associados, 2004.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Emergência em Educação Física	60	4	0	0

Ementa: Concepções e princípios de atendimento de emergência. Aspectos epidemiológicos, acidentes, lesões esportivas e agravos associados à prática do esporte e da educação física escolar. Técnicas de primeiros socorros, prevenção de lesões e recursos pedagógicos para o ensino de Emergência em Educação Física. Ação curricular de extensão.

Bibliografia Básica

ARCHER, P. **Massagem Terapêutica Esportiva, Emergência em Educação Física**. São Paulo: Manole, 2008.
 FLEGEL, M. J. **Primeiros Socorros no Esporte, Emergência em Educação Física**. 4. ed. São Paulo: Manole 2013.
 KEIL, A. **Bandagem Terapêutica no esporte e na reabilitação, Emergência em Educação Física**. São Paulo: Manole, 2014.

Bibliografia Complementar

BERGERON, J.D.G. **Primeiros Socorros**. São Paulo: Atheneu, 1999.
 HARLEY, J. **Manual de primeiros socorros**. São Paulo: Ibrasa, 1998.
 NOVAES, G.S. *et al.* **Guia de socorros de urgência**. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros, 2004.
 WALKER, B. **Lesões no Esporte: Uma Abordagem Anatômica, Emergência em Ed. Física**. São Paulo: Manole, 2011.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais na Educação	45	3	0	0

Ementa: Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Estudo das questões afro e indígenas no Brasil e no Acre: Legislação e Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva. Negrismo e Negritude – diferenças conceituais. O Movimento Negritude nas Américas. Direitos Humanos na Educação.

Bibliografia Básica

BRASIL. Resolução No. 1, de 17 de junho de 2004, do CNE/MEC, que “institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana”.
 _____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da educação, 2005. 204 p.(número de consulta: 379.260981 S959 2. ed. / 2005)

CANAU, V. M. F. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença.** Revista Brasileira de Educação, v. 13, p. 45-56, 2008.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal no 10.639/03. Brasília: Ministério da educação, 2005. 236p. (Coleção Educação para todos) (número de consulta:305.80981 E21 2005)

MCLAREN, P. **Multiculturalismo crítico.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, T. T. S. (org). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SILVA, A. C. **A Discriminação do Negro no Livro Didático.** Salvador, CEAO-CED, 1995.

MUNANGA, K. **Superando o Racismo na Escola.** Brasília, Ministério da Educação, 2000.

MOREIRA, A. F. B. Educação Escolar e Cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação, Brasil**, v. -, n. n.23, p. 156-168, 2003

GOUVÊA, M. C. S. de. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 77-89, Jn/abr, 2005.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2008.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez., 1996.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Educação Física para Pessoas com Deficiência	60	4	0	0

Ementa: Histórico das deficiências, seus aspectos gerais e atualidades; causas, consequências e implicações. Procedimentos metodológicos e adaptações necessárias para a inclusão da pessoa com deficiência em atividades físicas, esportivas e de lazer.

Bibliografia Básica

DIEHL, R. M. **Jogando com as diferenças:** jogos para crianças e jovens com deficiência: em situação de inclusão e em grupos específicos. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2008.

GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. **Atividade Física Adaptada:** qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. 3 ed. Barueri, SP: Manole, 2013.

RODRIGUES, D. **Atividade Motora Adaptada:** a alegria do corpo. São Paulo: Artes Médicas, 2006.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, M. T. P. **Jogos cooperativos:** aprendizagem, métodos e práticas. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2011.

CANALES, L. k. **Atividades Físicas para jovens com deficiências graves.** Barueri, SP: Manole, 2013.

DECASTRO, M. E. **Atividade Física Adaptada.** São Paulo: Tecmedd, 2005.

FRUG, C. S. **Educação motora em portadores de deficiência:** formação da consciência corporal. São Paulo: Plexus, 2001.

GORLA, J. I.; CAMPANA, M. B.; OLIVEIRA, L. Z. **Teste e Avaliação em Esporte Adaptado.** São Paulo: Phorte, 2009.

PICCHI, M. B. **Parceiros da inclusão escolar.** São Paulo: Arte e Ciência, 2002.

SOLER, R. **Brincando e aprendendo na Educação Física Especial**: planos de aula. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.
 TEIXEIRA, L. **Atividade Física Adaptada e Saúde**: da teoria à prática. São Paulo: Phorte, 2008.
 WINNICK, J. P. **Educação Física e Esportes Adaptados**. Barueri, SP: Manole, 2004.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CELA212	Didática Aplicada	60	4	0	0

Ementa: Estudo dos pressupostos básicos, objetivos, métodos, técnicas e recursos didáticos no ensino da área específica de formação.

Bibliografia Básica

FELDMAN, D. **Ajudar a ensinar**: relações entre didática e ensino. Porto Alegre: Artmed, 2001.
 GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
 VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 16. ed. São Paulo: Libertad, 2006.

Bibliografia Complementar

GANDIN, D. **Planejamento como prática educativa**. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
 MARTINS, J. S. **O trabalho com projetos de pesquisa**: do ensino fundamental ao ensino médio. 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.
 MEDEL, C. R. M. A. **Projeto político-pedagógico**: construção e implementação na escola. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
 MORALES, P. **Avaliação escolar**: o que é, como se faz. Trad. Nicolás Nyimi Campário. São Paulo: Loyola, 2003.
 RIOS, T. A. **Compreender e ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
 TARDIF, M. **Saberes docentes & formação profissional**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CELA186	Educação e Sociedade	60	4	0	0

Ementa: A institucionalização da educação escolar e a evolução da escola na sociedade moderna. A relação educação e sociedade e as diferentes formas de interpretação das funções e finalidades formativas da escola.

Bibliografia Básica

CORTELLA, M. S. **A Escola e o Conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo: Cortez, 2001.
 GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.
 TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 9. ed., Petrópolis: Vozes, 2008.

Bibliografia Complementar

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

_____. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A economia das trocas simbólicas**. Perspectiva, 1976.

CHIROLLET, J. **Filosofia e Sociedade da Informação**. Tradução de Antônio Viegas, Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

KILPATRICK, W. **Educação para uma civilização em mudança**. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CELA660	Investigação e Prática Pedagógica	75	1	2	0

Ementa: A especificidade da pesquisa em Educação. O estudo sistemático do cotidiano escolar e a sua interpelação com a prática pedagógica.

Bibliografia Básica

ANDRÉ, M. E. D. A. (Org.) **O papel da pesquisa na prática dos professores**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2001.

CANDAU, V. M. (Org.) **Reinventar a escola**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FONTANA, R. A. C. De que tempos a escola é feita? In: VIELLA, M. A. L. (Org.) **Tempos e espaços de formação**. Chapecó: Argos, 2003.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96**. Brasília, 1996.

ESTEBAM, M. T (Org.) **Escola, currículo e Avaliação**. São Paulo: Cortez, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

OLIVEIRA, N. R. A escola, esse mundo estranho. In: PUCCL, B. (Org.) **Teoria Crítica e Educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt**. Petrópolis: Vozes; São Carlos, SP: EDUFSCAR, 1994.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CELA972	Organização Curricular e Gestão da Escola	60	4	0	0

Ementa: A produção teórica sobre currículo e gestão escolar no Brasil. Políticas e práticas de currículo e de gestão. O currículo como organização geral da escola. Os níveis formais e reais de realização curricular. As orientações curriculares do ensino Fundamental e Médio. A gestão democrática e o Projeto Político Pedagógico. Identidade, diversidade e diferença no currículo e na gestão da escola.

Bibliografia Básica

FERREIRA, N. S. C. (Org.) **Políticas Públicas e Gestão da Educação: polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília: Líber Livro, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

LIMA, L. C. A Escola como Organização Educativa: uma abordagem sociológica. 33ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar

GENTILI, P. **A Falsificação do Consenso**: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. 3. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 1998.

APPLE, M. W. **Ideologia e Currículo**. Tradução: Vinicius Figueira. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ACRE. Lei 1.201/96. Institucionaliza a gestão Democrática nas Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino. Rio Branco, 1996.

_____. Lei 1.513/03. Dispõe sobre a gestão democrática do sistema público do Estado do Acre e dá outras providências. Rio Branco, 2003.

_____. Instrução Normativa N° 004/2004. Estabelece diretrizes administrativo-pedagógicas no âmbito das escolas da rede estadual de ensino. Rio Branco, 2004.

LÜCK, H. **Gestão Educacional**: uma questão paradigmática. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOREIRA, A. F. B. **Currículos e Programas no Brasil**. 16. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. F. F. (Org.). **Política e Gestão da Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SAVIANI, D. **PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação**: Análise crítica da política do MEC. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

TORRES, C. A. (Org.) **Teoria Crítica e Sociologia Política da Educação**. Tradução: Maria José do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CELA968	Organização da Educação Básica e Legislação de Ensino	60	4	0	0

EMENTA: A organização da educação no Brasil. A Educação Básica-Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Modalidades da Educação no contexto das políticas educacionais e da legislação de ensino; Lei de Diretrizes e Bases Nacional. Política de Financiamento da Educação Básica. Plano Nacional e Legislação Estadual de Ensino.

Bibliografia Básica

DOURADO, L. F. **Financiamento da Educação Básica**. Campinas, SP; Goiânia, GO: Editora da UFG, 1999.

LIBÂNEO, J. C. **Educação Escolar**: políticas, estruturas e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação no Brasil**: a organização escolar. 19. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

Bibliografia Complementar

CARNEIRO, M. A. **LDB Fácil**: leitura crítico compreensiva artigo a artigo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

DEMO, P. **A Nova LDB: ranços e avanços**. São Paulo: Papirus, 1997.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

_____. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

_____. **Sistema Educacional Brasileiro**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Matricula Cidadã: uma experiência de organização do Sistema Público de Ensino**. Rio Branco, AC: SEMEC, 2007.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CELA178	Profissão Docente: Identidade, Carreira e Desenvolvimento Profissional.	60	4	0	0
<p>Ementa: A construção da identidade profissional: relações de gênero, classe e as representações socioculturais da profissão. Profissionalização, choque de realidade e socialização profissional. O magistério como carreira: acesso, progressão e organização sindical. Absenteísmo e mal-estar docente.</p> <p>Bibliografia Básica VEIGA, I. P. A.; D'AVILA, C. M. (Org.). Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas. Campinas, SP: Papirus, 2008. PEIXOTO, A. C.; PASSOS, M. (Org.). A escola e seus atores: educação e profissão docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. PIMENTA, S. G. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000. HYPOLITO, Á. L. M. Trabalho docente, classe social e relações de gênero. Campinas, SP: Papirus, 1997.</p> <p>Bibliografia Complementar CATANI, D. B. Docência, memória e gênero: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras Editora, 1997. ESTEVE, J. M. O Mal estar Docente: a sala de aula e a saúde dos professores. Tradução: Durley de Carvalho Cavicchia. Bauru, SP: EDUSC, 1999. COSTA, M.V. Trabalho docente e profissionalismo. Porto alegre: Sulina, 1995.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CELA 973	Psicologia da Educação	60	4	0	0
<p>Ementa: Concepções psicológicas subjacentes às teorias de desenvolvimento e aprendizagem: comportamental, cognitiva, humanista e psicanalista. As práticas educativas dos contextos familiar, escolar e social, problematizadas pela psicologia em consonância com as diferenças culturais, étnico-raciais, de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional. Aspectos que interferem no processo de desenvolvimento e aprendizagem: afetividade, relações interpessoais e motivação.</p>					

Bibliografia Básica

LA ROSA, J. (Org.). **Psicologia e Educação: o significado do aprender**. 8. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

MOREIRA, M. A. **Teorias de aprendizagem**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2015.

PIAGET, J. **Seis Estudos de Psicologia**. Tradução de Magalhães Maria Alice D'Ámorim; Paulo Sérgio Lima Silva. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2013.

Bibliografia Complementar

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky- **Aprendizagem e Desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

WOOLFOLK, A. E. **Psicologia da Educação**. 7. ed. Tradução de Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CELA059	Fundamentos da Educação Especial	60	4	0	0

Ementa: Caracterização, conceito e objetivos da Educação Especial. Aspectos filosóficos, princípios norteadores e modalidades de atendimento. Abordagens didáticas para pessoas com necessidades educacionais especiais.

Bibliografia Básica

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

FLEITH, D. S. (Org.) **A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação: volume 1: orientação a professores**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e Igualdade**. São Paulo: Avercamp, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: Alunos com necessidades educacionais especiais**. MEC, 2000-v.1.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1998, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 43/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educacionais especiais acesso e qualidade**. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. Lei n 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. Brasília: SEESP/MEC, 2005.

BRASIL. **Desenvolvendo competências para o atendimento as necessidades educacionais especiais de alunos surdos**. Brasília: SEESP/MEC, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação/SEF/SEE. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades**

educacionais especiais. Brasília: MEC, 1999. WOOLFOLK, A. E. *Psicologia da Educação*. 7. ed. Tradução Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artmed, 2000.
 OLIVEIRA, M. K. Vygotsky- **Aprendizagem e Desenvolvimento**: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1997.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Ginástica na Escola	60	2	1	0

Ementa: Histórico e evolução da ginástica. Terminologias e técnicas usuais com e sem implementos manuais. A Ginástica nos documentos orientadores da educação nacional e do Estado. Prática pedagógica, sob orientação e supervisão docente, compreendendo atividades de observação dirigida ou experiências de ensino. Ação curricular de extensão.

Bibliografia Básica

GAIO, R. (org.). **Ginástica Rítmica**: da iniciação ao alto nível. Jundiaí, SP: Fontoura, 2008.
 GONZALES ALONSO, H. de A. **Pedagogia da Ginástica Rítmica**: teoria e prática. São Paulo: Phorte, 2011.
 PAOLIELLO, E.; TOLEDO, E. (orgs.). Possibilidades da Ginastica Rítmica. São Paulo: Phorte, 2010.

Bibliografia Complementar

HAAS, J. G. **Anatomia da Dança**. Barueri: Manole, 2011.
 FRANKLIN, E. **Condicionamento Físico para dança**: técnicas para a otimização do desempenho em todos os estilos. Barueri: Manole 2013.
 BROCHADO, F. A.; BROCHADO, M. M. V. **Fundamentos de ginástica artística e de trampolins**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
 NUNOMURA, M.; TSUKAMOTO, M. H C. **Fundamentos das Ginásticas**. São Paulo: Fontoura, 2009.
 MENDES, R. A.; LEITE, N. **Ginástica Laboral**: princípios e aplicações práticas. 3. ed. Barueri: Manole, 2012.
 NUNOMURA, M. **Ginástica artística**. São Paulo: Odysseus, 2008.
 TOLEDO, E. de; SILVA, P. C. da C. **Democratizando o ensino da ginástica**: estudos e exemplos de sua implantação em diferentes contextos sociais. São Paulo: Fontoura, 2013.
 ARAÚJO, C.; LEBRE, E. **Manual de Ginástica Rítmica**. Portugal: Editora Porto, 2006.
 BERNARDI, L.M.O.; LOURENÇO, M. R. A. **Ginástica Rítmica**: ensinando corda, arco e bola. São Paulo: Fontoura, 2014.
 BREGOLATO, R. A. **Cultura corporal da dança**. São Paulo: Ícone, 2007.
 MALDONADO, M. T. **Nos passos da dança**. São Paulo: Saraiva, 2006.
 VERDERI, E. **Dança na escola**: uma abordagem pedagógica. São Paulo: Phorte, 2009.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Educação Física no Ensino Infantil e Fundamental I	60	2	1	0

Ementa: Estudo e prática pedagógica da Educação Física na Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Aplicação de conhecimentos relativos ao planejamento, objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação do processo ensino-aprendizagem da Educação Física. Ação curricular de extensão.

Bibliografia Básica

BRASIL. LEI No 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 11/06/2017.
 MEIRELLES, Renata (Org.). **Território do brincar**: diálogo com escolas. Alana, 2015.
 SANTOS, M. O. dos; RIBEIRO, M. I. S. (OrgS.). **Educação Infantil**: os desafios estão postos e o que estamos fazendo? Salvador: Sooffset, 2014.

Bibliografia Complementar

DARIDO, S.C. RANGEL, C.A.I. Jogos e brincadeiras. In: DARIDO, S.C.; RANGEL, C.A.I.

A Educação Física na Escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

MEZZARI, J.; GARBIN, I.M.F.; WENDHAUSEN, A; M.P. **Educação Física na Educação Infantil e suas diferentes abordagens**: em busca de pistas bibliográficas. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/11242>.
 SAYÃO, Deborah Thomé. Infância, Educação Física e Educação Infantil. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/dborahfln.rtf>>. Acesso em 23 nov. 2012.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Educação Física no Ensino Fundamental II	60	2	1	0

Ementa: Estudo e prática pedagógica da Educação Física no Ensino Fundamental II. Aplicação de conhecimentos relativos ao planejamento, objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação do processo ensino-aprendizagem da Educação Física. Ação curricular de extensão.

Bibliografia Básica

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez.1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares**

Nacionais:

Educação Física – Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares**

Nacionais:

Educação Física – Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

Bibliografia Complementar

ACRE. Secretaria de Estado de Educação. **Referencial Curricular de Educação Física para a rede pública estadual de ensino do Estado do Acre**. Rio Branco: SEE/AC, 2004.

ASSIS, V. O. **Os Referenciais Curriculares para a Educação Física na Escola do Ensino**

Fundamental da Rede Estadual Brasileira: Uma análise teórico-metodológica. 128 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro: 2008.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Educação Física no Ensino Médio e outras Modalidades de Ensino	60	2	1	0

Ementa: Estudo e prática pedagógica da Educação Física no Ensino Médio e outras Modalidades de Ensino. Aplicação de conhecimentos relativos ao planejamento, objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação do processo ensino-aprendizagem da Educação Física. Ação curricular de extensão

Bibliografia Básica

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio:** Conhecimentos de Educação Física. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez.1996.

BRASIL. LEI No 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Presidência da República.

Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 11/06/2017.

Bibliografia Complementar

BETTI, I. C. R..; MIZUKAMI, M. da G.N. História de vida: Trajetória se uma professora se Educação Física. **MOTRIZ**, Rio Claro, SP, v. 3, n. 2, p. 108-115, dezembro, 1997.

RESENDE, H. G. Reflexões sobre algumas contradições da educação física no âmbito da escola pública e alguns caminhos didático-pedagógicos na perspectiva da cultura corporal.

Revista Movimento, Porto Alegre, RS, v. 1, n. 1, P. 21-28, set. 1994.

SANTO, W. R. do E.; CUPOLILLO, A. V. Teoria E Prática Pedagógica em Educação Física: Um estudo sob a perspectiva da pesquisa participante. **Rev. Univ. Rural, Sér. Ci. Humanas**. Seropédica, RJ: EDUR, v. 27, n. 1-2, p. 99-105, jan.-dez., 2005.

SILVA, P. N. G. Prática de Ensino em Educação Física: Por uma formação do professor pesquisador. In: HERMIDA, Jorge Fernando (Org.). **Educação Física: conhecimento e saber escolar**. João Pessoa, PB: EDUFPB, 2009.

SOARES, Carmen Lúcia. Educação Física Escolar. **Rev. Paul. Educ. Fís.**, São Paulo, supl. 2, p. 6-12, 1996.

SORIANO, J. B.; WINTERSTEIN P. J. Satisfação no trabalho do professor de Educação Física. **Rev. paul. Educ. Fís.** São Paulo, v.12, n.2, p. 145-59, jul./dez. 1998.

TAFFAREL, C. Z.; ESCOBAR, M. O. A Cultura Corporal. In: HERMIDA, Jorge Fernando (Org.). **Educação Física: conhecimento e saber escolar**. João Pessoa, PB: EDUFPB, 2009.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar I	225	0	0	5

Ementa: Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar na Educação Básica - Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Observação e análise da realidade escolar e do currículo, coleta de dados institucionais, atividades de docência, planejamento, acompanhamento de atividades de ensino, seleção e organização de materiais curriculares e avaliação. Elaboração de relatório técnico-científico e socialização da experiência de estágio.

Bibliografia Básica

BIANCHI, A. C. de M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. **Orientações para Estágio em Licenciatura**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ACRE. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esportes. **Currículo de Referência Único do Acre**. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/ac_curriculo_acre.pdf. Acesso em: 26 de julho. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
Acesso em: 26 de julho de 2022.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. 4. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenações de Edições Técnicas, 2020. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 26 de julho de 2022.

BIANCHI, A. C. de M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. **Manual de orientação: estágio supervisionado**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. Andrade. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, W. R.; FAJARDO-TURBIN, A. E.(Org.). **Como fazer relatórios de estágio supervisionado: formação de professores nas licenciaturas**. Brasília: Liber Livro, 2012.

BARBOSA, C. L. A. **Educação Física e didática: um diálogo possível e necessário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CALDERANO, M. da A. (Org.). **Estágio curricular: concepções, reflexões teórico-práticas e proposições**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar II	225	0	0	5

Ementa: Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar na Educação Básica - Ensino Fundamental II. Observação e análise da realidade escolar e do currículo, coleta de dados institucionais, atividades de docência, planejamento, acompanhamento de atividades de ensino, seleção e organização de materiais curriculares e avaliação. Elaboração de relatório técnico-científico e socialização da experiência de estágio.

Bibliografia Básica

BIANCHI, Ana Cecília de Moraes; ALVARENGA, Maria; BIANCHI, Roberto.

Orientações para Estágio em Licenciatura. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ACRE. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esportes. **Currículo de Referência Único do Acre**. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/ac_curriculo_acre.pdf. Acesso em: 26 de julho. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
Acesso em: 26 de julho de 2022.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. 4. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenações de Edições Técnicas, 2020. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 26 de julho de 2022.

BIANCHI, A. C. de M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. **Manual de orientação: estágio supervisionado**. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2003.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

PIMENTA, S. Gar.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Wagner Rodrigues; FAJARDO-TURBIN, Ana Emília (Org.). **Como fazer relatórios de estágio supervisionado: formação de professores nas licenciaturas**. Brasília: Liber Livro, 2012.

BARBOSA, C. L. A. **Educação Física e didática: um diálogo possível e necessário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CALDERANO, M. da A. (Org.). **Estágio curricular: concepções, reflexões teórico-práticas e proposições**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar III	225	0	0	5

Ementa: Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física Escolar na Educação Básica - Ensino médio e outras modalidades de ensino. Observação e análise da realidade escolar e do currículo, coleta de dados institucionais, atividades de docência, planejamento, acompanhamento de atividades de ensino, seleção e organização de materiais curriculares e avaliação. Elaboração de relatório técnico-científico e socialização da experiência de estágio.

Bibliografia Básica

BIANCHI, A. C. de M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. **Orientações para Estágio em Licenciatura**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ACRE. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esportes. **Currículo de Referência Único do Acre**. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/ac_curriculo_acre.pdf. Acesso em: 26 de julho. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 26 de julho de 2022.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. 4. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenações de Edições Técnicas,

2020. Disponível em:
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 26 de julho de 2022.
 BIANCHI, A. C. de M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. **Manual de orientação**: estágio supervisionado. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2003.
 DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola**: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
 PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
 SILVA, W. R.; FAJARDO-TURBIN, A. E. (Org.). **Como fazer relatórios de estágio supervisionado**: formação de professores nas licenciaturas. Brasília: Liber Livro, 2012.
 BARBOSA, C. L. A. **Educação Física e didática**: um diálogo possível e necessário. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
 CALDERANO, Maria da Assunção (Org.). **Estágio curricular: concepções, reflexões teórico-práticas e proposições**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	TCC I	60	4	0	0
<p>Ementa: Orientação para elaboração e definição do projeto de pesquisa sob a orientação de um docente. Orientação para submissão ao comitê de ética em pesquisa envolvendo seres humanos. Orientação para a apresentação e defesa pública de qualificação do projeto de pesquisa.</p> <p>Bibliografia Básica NELSON, Jack K.; THOMAS, Jerry R. Métodos de Pesquisa Em Atividade Física. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: pesquisa Qualitativa em Saúde. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008. FONTELLES, Mauro José. Bioestatística Aplicada À Pesquisa Experimental. Vol. 1. São Paulo: Livraria da Física, 2012.</p> <p>Bibliografia Complementar BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas 2010. SAKS, Mike; ALLSOP, Judith. Pesquisa em saúde: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. Rio de Janeiro: Roca, 2011.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	TCC II	60	4	0	0

Ementa: Instrumentalização acadêmica para a execução do projeto de pesquisa; coleta, processamento, análise e publicação dos dados sob orientação docente de acordo com normas aprovadas pelo Colegiado do Curso de Educação Física. Defesa pública para avaliação por uma banca examinadora.

Bibliografia Básica

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 175p.
 MEDEIROS, J. B. **Redação científica:** a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 306p.
 PESCUA, D.; CASTILHO, A. P. F. de. **Projeto de pesquisa:** o que é? Como fazer? – um guia para sua elaboração. São Paulo: Olho d’Água, 2005. 96p.

Bibliografia Complementar

CIRIBELLI, M. C. **Projeto de pesquisa.** Rio de Janeiro: Letras, 2000.
 ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Atlas, 1999.
 PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. **Apresentação de trabalhos científicos:** monografia, tcc, teses, dissertações. 10. ed. São Paulo: Futura, 2004. 141 p.
 COSTA, A. F. G. de. **Guia de elaboração de relatórios de pesquisa-monografia:** trabalho de iniciação científica, dissertações, teses e editoração de livros. Rio de Janeiro: Unitec, 1998.
 FILHO, D. P.; SANTOS, J. A. **Metodologia científica.** São Paulo: Futura, 2000.

Quadro 15 – Ementas e Referências das Disciplinas optativas.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD051	Patologia Geral	60	4	0	0
<p>Ementa: Processos patológicos observados nas doenças mais comuns da criança, do adulto, do idoso e da gestante.</p> <p>Bibliografia Básica BRITO, T., BACCHI, C. E., ALMEIDA, P. C. Patologia: processos gerais. Editores Marcello Franco, 6.ed. São Paulo: Atheneu, 2015. ABBAS, A. K. <i>et al.</i>: Patologia: Bases patológicas das doenças. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. KUMAR, V.; ABBAS, A. K.; ASTER, J. C. R. Patologia Básica. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.</p> <p>Bibliografia Complementar COTRAN, R. S. <i>et al.</i> Patologia: Bases patológicas das doenças. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. BRASILEIRO, Filho G. B. Patologia. 7. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. BRASILEIRO, Filho G. B. Patologia. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. KUMAR, V.; ROBBINS, S. L. Patologia Estrutural e Funcional. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. MONTENEGRO, M. R.; FRANCO, M. Patologia Processos Gerais. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 1999. 320 p.</p>					

MONTENEGRO, M. R.; BACCHI, C. E.; BRITO, T. **Patologia Processos Gerais**. 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2010.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD384	Modalidades de Esportes de lutas	60	2	1	0

Ementa: Histórico e características de cada modalidade de luta. Significados das lutas na Educação Física. A influência africana. Tipos de lutas. Processos de ensino-aprendizagem de habilidades motoras típicas das lutas. Demanda fisiológica das lutas. Modalidades de lutas olímpicas. Jogos de luta. Vivência prática nas modalidades de luta.

Bibliografia Básica

BAPTISTA, C.F.S. **Judô: da escola à competição**. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.
FRANCHINI, E. **Judô: desempenho competitivo**. São Paulo: Manole, 2001.
PAULA, G.G. **Karatê esporte: táticas e estratégias**. São Paulo: Ibrasa, 2000.
LOPES, A. H.; CALABRE, L. **Diversidade cultural brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Casa de Rui Barbosa, 2005. 286 p.

Bibliografia Complementar

SILVA, J. M. **A linguagem do corpo na capoeira**. Rio de Janeiro: Sprint, 2004.
GOMES, N. L. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23 Rio de Janeiro, p. 75-85, Maio/Agosto 2003.
BREDA, M. **Pedagogia do esporte aplicada às lutas**. São Paulo: Phorte, 2010.
FRANCHICHI, E. **Judô Desempenho Competitivo, Modalidades de Esportes de Lutas**, 2. ed. São Paulo: Manole, 2010.
SILVA, G. de O.; HEINE, V. **Capoeira: um instrumento psicomotor para cidadania**. São Paulo: Phorte, 2008.
NAKAYAMA, M. **Melhor do karate, vol. 11**. ed. Cultrix,

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD389	Saúde coletiva	60	4	0	0

Ementa: Estuda a saúde coletiva enfocando: a trajetória das políticas de saúde no Brasil até o processo de construção e consolidação do SUS, por meio dos contextos históricos e legislações pertinentes à organização dos serviços de saúde na dimensão participativa da sociedade; processo saúde/doença; modelos de saúde e vigilância em saúde, assim como organização de redes de atenção à saúde, assim como o perfil epidemiológico da população e da determinação histórico-social nacional, regional e local.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia prático do Programa Saúde da Família**. Brasília, Ministério da Saúde, 2001.
BERTOLLI FILHO, C. **História da saúde pública no Brasil**. São Paulo: Ática, 2004.
ROUQUAYROL, M. Z; FILHO, M. Z. **Epidemiologia e Saúde**. 6.ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.

Bibliografia Complementar

LIMA, N. T *et al.* **Saúde e Democracia: História e Perspectivas do SUS**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.
 ROUQUAYROL, M. Z; FILHO, M. Z. **Epidemiologia e Saúde**. 6.ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.
 STARFIELD, B. **Atenção Primária: equilíbrio entre necessidade de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. 726p.
 EIBENSCHUTZ, C. (org.) **Política de Saúde: o público e o privado**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.
 CAMPOS, G. W. de S. **Reforma da reforma: repensando a saúde**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD165	Metodologia do Tênis	60	2	1	0

Ementa: Resenha histórica. Ética tenista. Terminologia. Material e instalações. Princípios fundamentais. Avaliação das habilidades motoras. Técnica e Tática.

Bibliografia Básica

BALBINOTTI, C. **O Ensino do Tênis: Novas Perspectivas de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
 ISHIZAKI M, C. M. **Tênis: Aprendizagem e treinamento**. 2. ed. São Paulo: Phorte; 2008.
 MACHADO, O. **Tênis Total**. Campinas: Floss editorial, Interior, 1999.

Bibliografia Complementar

SKORODUMOVA, A. P. **Tênis de campo: treinamento de alto nível; [organização e adaptação científica Antonio Carlos Gomes, Patrícia Medrado; tradução Alexander - Guarulhos, SP, Phorte Editora, 1999.**
 GALLWEY, T.W. **O jogo interior de tênis**. São Paulo: Texto novo, 1996.
 REGRAS INTERNACIONAIS DE TENIS WOODS. **Kathy e Ron Woods: Prática de tênis após os 50, Metodologia do tênis**. São Paulo: Manole, 2010.
 GALLIET R. **Tênis: Metodologia de Ensino**. São Paulo: Sprint, 1996.
 VIEIRA S.; FREITAS, A. **O que é Tênis**. Editora Casa da Palavra, 2009

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD392	Esportes Radicais e de Aventura	60	2	1	0

Ementa: Identificação das principais modalidades de esportes de aventura no meio terrestre, aéreo e aquático. Esportes de aventura suas características e modalidades. Diferenciação de atividades radicais das de aventura. Vivências de atividades físicas de aventura na natureza. Cuidados especiais na segurança dos participantes e na manutenção dos equipamentos.

Bibliografia Básica

MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Orgs.). **Turismo, Lazer e Natureza**. São Paulo: Editora Manole, 2003.
 SCHWARTZ, G. M. (Coord.). **Atividades Recreativas**. São Paulo: Guanabara Koogan, 2004.

DIAS, C. A. G.; ANDRADE. E. A. J (Org.). **Em Busca da Aventura: princípios, olhares sobre esporte, lazer e natureza.** Niterói: EdUFF, 2009.

Bibliografia Complementar:

COSTA, V. M.; FERREIRA, N. T. Esportes de Aventura e Risco na Montanha: um mergulho no imaginário. São Paulo: Manole, 2000.

GRUN, M. **Ética e educação Ambiental: a conexão necessária.**4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

UVINHA, R. R. **Juventude, Lazer e Esportes Radicais.** São Paulo: Manole, 2001.

ASHCROFT, F. **A Vida no Limite: A Ciência da Sobrevivência.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

COSTA, V. L. M. **Esportes de Aventura e Risco na Montanha: Um Mergulho no Imaginário.** São Paulo: Manole, 2000.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD393	Farmacologia	60	4	0	0

Ementa: Estudo da farmacocinética, farmacodinâmica, farmacologia do sistema nervoso autônomo, farmacologia do sistema nervoso central, farmacologia do sistema cardiovascular, farmacologia do sistema gastrointestinal. Estudo de fármacos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde relativo a diurese, controladores glicêmico (insulina e hipoglicemiantes), antiinflamatórios não-esteróides, antiinflamatórios, esteróides aplicada ao esporte e saúde.

Bibliografia Básica

GOODMAN; GILMAN, M. **As Bases Farmacológicas da Terapêutica.** Interamericana do Brasil Ltda, 2006.

PENILDON, S. **Farmacologia.** 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

KATZUNG, B.G. **Farmacologia Básica e Clínica.** 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

Bibliografia Complementar

FUCHS, F. D.; WANNMACHER, L. **Farmacologia Clínica.** 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

GOLAN, D. E. **Princípios de Farmacologia.** A Base Fisiopatológica da Farmacoterapia. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

TAVARES, W. **Antibióticos e Quimioterápicos para o uso clínico.** 2. ed. Atheneu, 2009.

HARVEY, R.A.; MYCEK, M.J.; CHAMPE, P.C. **Farmacologia ilustrada,** 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

RANG, H. P; DALE, M. M. **Farmacologia.** 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD394	Genética	60	4	0	0

Ementa: Estudo das bases mendelianas da herança. Estudo e definição de genes: estrutura, função, recombinação, regulação, mutação e interação. Estudo das aberrações cromossômicas. Caracterização da dinâmica dos genes nas populações. Estudo dos mecanismos genéticos de evolução. Estudo dos aspectos genéticos humanos gerais. Estudo

dos principais genes que influenciam no esporte e que podem influenciar na manutenção da saúde.

Bibliografia Básica

STRACHAN, T.; READ, A.P. **Genética Molecular Humana**. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2013.

PIERCE, BENJAMIN A. **Genética**: um enfoque conceitual. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

BORGES-OSÓRIO, M. R.; ROBINSON, W. M. **Genética Humana**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.

Bibliografia Complementar

EPSTEIN, D. J. **The Sports Gene**: Inside the Science of Extraordinary Athletic Performance. New York: Penguin Group, 2013.

KREBS, J. E. *et al.* **Lewin's Genes X**. 10 ed. London, United Kingdom: Ed. Jones e Bartlett Publishers International, 2011.

RINGO, J. **Genética Básica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GRIFFITHS, A. J. F. *et al.* **Introdução 'a Genética**. 8. ed. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara Koogan, 2006.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD395	Gerontologia	60	4	0	0

Ementa: Estudo dos fenômenos biopsicossociais envolvidos no processo de envelhecimento dos seres humanos. Aborda o processo de transição demográfica e epidemiológica, assim como o impacto do envelhecimento da população mundial, nacional e local; a importância do conhecimento dos instrumentos legais/políticas públicas voltadas à saúde do idoso. Introduz quanto à avaliação multidimensional na atenção à pessoa idosa.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cadernos de Atenção Básica Envelhecimento e saúde da pessoa idosa n.19**, Ministério da Saúde, 2006.

ELIOPOULOS, C. **Enfermagem Gerontológica**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 568 p.

FREITAS, E. V. *et al.* **Tratado de geriatria e gerontologia**. 2. ed., Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2006.

Bibliografia Complementar

BRASIL, Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso**. Brasília. 2003.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria MS/GM n. 2.528, de 19 de outubro de 2006.

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DO IDOSO. Brasília, Diário Oficial da União; Poder executivo, DF, 20 de out. 2006, seção 1, p. 142.

NERI, A. L. (org). **Idosos no Brasil**: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. Edições SESC SP. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, , 2007, 288p.

LIMA-COSTA, M. F.; MATOS, D. L.; CAMARANO, A. M. Evolução das Desigualdades em saúde entre idosos adultos brasileiros – um estudo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 1998, 2003). **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 11, n 4 . 2006, p. 941 – 950.

LEBRÃO, M. L.; LAURENTI, R. Saúde, bem estar e envelhecimento – O Estudo SABE no Município de São Paulo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 8, n 2, 2005, p. 127 – 141.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD118	Corporeidade e Movimento	60	2	1	0

Ementa: Dimensão Conceitual; movimento como linguagem e como cultura, Planejamento e execução de situações de ensino aprendizagem que promovam a cultura do movimento com finalidade de lazer expressão de sentimentos, afeto e emoções levantamento de práticas da cultura local relacionada ao movimento.

Bibliografia Básica

BREGOLATO, R. A. **Cultura Corporal do Esporte:** Livro do Professor e do Aluno. São Paulo: Ícone, 2003.

_____. **Cultura Corporal da Dança:** Livro do Professor e do Aluno. São Paulo: Ícone, 2006.

OLIVEIRA, W. C.; DAMIANO, G. A.; PEREIRA, L. H. P. (Orgs.). **Corporeidade, Educação e Tecnologias:** experiências, possibilidades e desafios. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

Bibliografia Complementar

BENJAMIN, W. **Reflexões:** a criança, o brinquedo, a educação. 34. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2002.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens:** o jogo como elemento da cultura. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

NÓBREGA, T. P. **Corporeidade e Educação Física:** do corpo-objeto ao corpo-sujeito. Natal: EDUFRRN, 2005.

ROMERO, E.; PEREIRA, E. G. **Universo do Corpo:** masculinidades e feminilidades. Rio de Janeiro: Shape, 2008.

SOARES, C. L. **Imagens da Educação no Corpo.** 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD119	Teoria e Prática da Ginástica Escolar	60	2	1	0

Ementa: Estudos dos princípios educacionais que norteiam o ensino da ginastica. Fundamentos básicos estruturação de exercícios, habilidades perceptivas motoras e qualidades físicas dos movimentos gímnicos. Aspectos metodológicos do processo ensino aprendizagem da ginastica. A prática pedagógica compreendendo a atividade através de observação dirigida e/ou experiência de ensino.

Bibliografia Básica

AYOUB, E. **Ginástica Geral e Educação Física Escolar.** Campinas: Unicamp, 2003.

FREIRE, J. B. SCAGLIA, A. **Educação como prática corporal.** São Paulo: Scipione, 2003.

SOUZA, E.P.M. **Ginástica Geral**: experiências e reflexões. São Paulo: Phorte, 2008.

Bibliografia Complementar

DARIDO, S. C. **Os Conteúdos da Educação Física na escola**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GALLAHUE, D. L.; DONNELLY, F. C. **Educação Física desenvolvimentista para todas as crianças**. São Paulo: Phorte, 2008.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD120	Fundamentos do Esporte Escolar	60	2	1	0
<p>Ementa: O fenômeno esportivo. As dimensões sociais do esporte. Esporte como cultura corporal do movimento. Transformações didático-pedagógica do Esporte. Esporte escolar e as ações governamentais. Análise crítica dos valores e funções atribuídos ao esporte. O ensino de atividades recreativo-esportivas. A organização de materiais e adaptação de espaços.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>GOULART, A. R. Jogos pré-desportivos na Educação Física escolar: Linhas de ensino, desenvolvimento motor e psicomotricidade. Editora Labrador LTDA, 2018.</p> <p>DE ROSE JR, D. Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar. Artmed Editora, 2009.</p> <p>GALATTI, L. R. <i>et al.</i> Pedagogia do esporte: procedimentos pedagógicos aplicados aos jogos esportivos coletivos. Conexões, v. 6, p. 397-408, 2008.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>DARIDO, S. C. Os Conteúdos da Educação Física na escola. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</p> <p>GALLAHUE, D. L.; DONNELLY, F. C. Educação Física desenvolvimentista para todas as crianças. São Paulo: Phorte, 2008.</p> <p>RÉ, A. H. N. Crescimento, maturação e desenvolvimento na infância e adolescência: Implicações para o esporte. Motricidade, v. 7, n. 3, p. 55-67, 2011.</p>					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD127	Jogo e Educação	60	2	1	0
<p>Ementa: Jogo brinquedo e brincadeira: abordagens teóricas (definições conceitos e classificações).O papel pedagógico do jogo: concepções filosóficas, psicológicas, socioantropológicas e implicações no ensino aprendizagem. O jogo na educação: aspectos históricos, culturais e afetivos. Confeção e utilização de brinquedos de material reciclável para as diversas fases do desenvolvimento.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>GOULART, A. R. Jogos pré-desportivos na Educação Física escolar: Linhas de ensino, desenvolvimento motor e psicomotricidade. Editora Labrador LTDA, 2018.</p> <p>DE ROSE, J. R. D. Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar. Artmed Editora, 2009.</p>					

GALATTI, L. R. *et al.* Pedagogia do esporte: procedimentos pedagógicos aplicados aos jogos esportivos coletivos. **Conexões**, v. 6, p. 397-408, 2008.

Bibliografia Complementar

DARIDO, S. C. **Os Conteúdos da Educação Física na escola**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GALLAHUE, D. L.; DONNELLY, F. C. **Educação Física desenvolvimentista para todas as crianças**. São Paulo: Phorte, 2008.

RE, A. H. N. Crescimento, maturação e desenvolvimento na infância e adolescência: Implicações para o esporte. **Motricidade**, v. 7, n. 3, p. 55-67, 2011.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD159	Teoria e Prática de Jogos e Brincadeira Populares	60	2	1	0

Ementa: Estudo da influencia das culturas africanas, européia e indígena no surgimento dos jogos populares brasileiros. Jogos e brincadeiras populares: conceito, classificação, fundamentos. Planejamento de atividades com jogos e brincadeiras populares relacionados ao desenvolvimento do escolar.

Bibliografia Básica

GOULART, A. R. **Jogos pré-desportivos na Educação Física escolar: Linhas de ensino, desenvolvimento motor e psicomotricidade**. Editora Labrador LTDA, 2018.

KOCH, K. **Pequenos Jogos Esportivos, Recreação e Lazer**, 8. ed., Manole, 2005.

GONÇALVES, K.; PAÇOCA, T. A. **Manual de Lazer e Recreação**. São Paulo: Phorte, 2010.

MARCELINO, N. C. **Lazer e Sociedade: múltiplas relações**. Editora Alínea e Átomo, 2008.

Bibliografia Complementar

DARIDO, S. C. **Os Conteúdos da Educação Física na escola**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DE ROSE JR, D. **Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar**. Artmed Editora, 2009.

GALATTI, L. R. *et al.* Pedagogia do esporte: procedimentos pedagógicos aplicados aos jogos esportivos coletivos. **Conexões**, v. 6, p. 397-408, 2008.

GALLAHUE, D. L.; DONNELLY, F. C. **Educação Física desenvolvimentista para todas as crianças**. São Paulo: Phorte, 2008.

RE, A. H. N. Crescimento, maturação e desenvolvimento na infância e adolescência: Implicações para o esporte. **Motricidade**, v. 7, n. 3, p. 55-67, 2011.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD156	Educação Física na Educação Indígena e Campo	60	2	1	0

Ementa: Trata dos projetos de educação escolar indígena e do campo existente no Acre: as iniciativas governamentais e não-governamentais. As práticas da cultura corporal indígena: ritos, danças, brinquedos, brincadeiras, pintura corporal. A ressignificação dos esportes nas culturais indígenas e de campo locais: o caso do futebol e outros. Estudo e investigação de materiais e projetos pedagógicos de educação indígena e do campo.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/ SEF, 2002.

BENTO, C. C.; GONÇALVES JUNIOR, L. **Pluralidade Cultural nas Aulas de Educação Física Escolar**: a contribuição de diferentes povos. Curitiba, 2007, p. 868 – 873.

ANJOS, J. L.; ALMEIDA, F. Q. (Orgs). **O Jogo das Comunidades Tradicionais**. Curitiba: Appris, 2016.

Bibliografia Complementar

CUNHA, M. C.; CESARINO, P. N. (Orgs). **Políticas Culturais e Povos Indígenas**. Curitiba: Juruá, 2012.

TERENA, M. O Esporte como resgate de Identidade e Cultura. *In: A Cultura Corporal Indígena*. Guarapuava: Unicentro, 2003.

ROCHA FERREIRA, M. B. *et al.* Jogos indígenas, realizações urbanas e construções miméticas. **Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Ciência e Cultura**. Temas e Tendências. Cultura Indígena. Ano 60, n. 4, 2008.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Imunologia	60	4	0	0

Ementa: Desenvolvimento de raciocínio holístico do aluno ao estudo de imunologia aplicado tanto na proteção contra patógenos quanto em reparo tecidual e envelhecimento. Análise das moléculas, células e tecidos que compõem o sistema imune, e suas interações com outros sistemas (e.g., endócrino, microbioma e neuronal) tanto na prevenção de doenças quanto no tratamento, em especial de doenças crônicas não transmissíveis (e.g., Depressão, Obesidade, Câncer e Diabetes Melitos do tipo 2, ...). Estudo da interação tanto do sistema imune inato quanto do adaptativo e suas modificações com os diferentes tipos de exercícios físicos seja para saúde geral, na educação física escolar, seja no treinamento de alto rendimento esportivo.

Bibliografia Básica

KENNETH, M.; PAUL, T.; MARK, W. **Imunobiologia de Janeway**. 8.ed. Tradução de Ana Paula Franco Lambert *et al.* Porto Alegre: Artmed, 2014.

ABBAS, A.; LICHTMANN, A.; PILLAI, S. **Imunologia celular e molecular**. 8. Ed. Elsevier, 2015.

ROITT, I. M. **Fundamentos de Imunologia**. 13. ed. Guanabara: koogan, 2018.

Bibliografia Complementar

RICH, R. R. *et al.* **Clinical Immunology: Principles and Practice**. 5. ed. Elsevier, 2019.

ABBAS, A.; LICHTMANN, A.; PILLAI, S. **Imunologia celular e molecular**. 8.ed. Elsevier. 2015.

ABBAS, A.K.; LICHTMAN, A.H.; PILLAI, S. **Imunologia Básica. Funções e distúrbios do sistema imunológico**. 6. ed. Guanabara: Koogan, 2021.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
	Prescrição do Exercício Físico na Saúde e na Doença	60	2	1	0

Ementa: Abordagem de saúde, doença e qualidade de vida, bem como dos principais indicadores em termos individuais e populacionais. Fisiopatologia das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e os benefícios e riscos dos exercícios físicos no tratamento dessas doenças. Prescrição de exercícios cardiorrespiratórios e neuromusculares na prevenção, tratamento e reabilitação das DCNT. Ação curricular de extensão.

Bibliografia Básica

NIEMAN, D. C. **Exercício e Saúde**. São Paulo: Manole, 2010.

VAISBERG, Mauro; MELLO, Marco Túlio. **Exercícios na saúde e na doença**. São Paulo: Manole, 2010.

ALLSEN, H.V. **Exercício e qualidade de vida: uma abordagem personalizada**. São Paulo: Manole, 2001.

Bibliografia Complementar

POLITO, M. **Prescrição de exercícios para saúde e qualidade de vida**. São Paulo: Phorte, 2010.

NAHAS, M.V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida**. Londrina: Midiograf, 2006.

NEGRÃO, C. E.; BARRETO, A. C. P. **Cardiologia do Exercício: do atleta ao cardiopata**. São Paulo: Manole, 2010.

KENDALL, F. P. *et al.* **Músculos: provas e funções com postura e dor**. 2. ed. Barueri: Manole, 2007.

FALUDI, A. A. *et al.* Atualização da diretriz brasileira de dislipidemias e prevenção da aterosclerose–2017. **Arquivos brasileiros de cardiologia**, v. 109, p. 1-76, 2017.

ABESCO, Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. **Diretrizes Brasileiras de Obesidade 2016**. 4. ed. São Paulo: Companygraf, 2016.

BARROSO, W. K. S. *et al.* Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial–2020. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 116, p. 516-658, 2021.

CARVALHO, T. de *et al.* Diretriz Brasileira de Reabilitação Cardiovascular–2020. **Arquivos brasileiros de cardiologia**, v. 114, p. 943-987, 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2019-2020**. Clannad Editora Científica, 2019.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD148	Bases Gerais do Treinamento Desportivo	60	4	0	0

Ementa: Leis e fundamentos científicos do treinamento. Organização, planejamento e prescrição do treinamento aplicados as situações do ensino.

Bibliografia Básica

DANTAS, E. H. M.; ARAÚJO, C. A. S. **A prática da preparação física**. 7. ed. Rio de Janeiro: Manole, 2022.

MUJIKÁ, I. **Polimento e Maximização para um ótimo desempenho físico, Treinamento Desportivo**. São Paulo: Manole, 2012.

MCCONNELL, A. **Treinamento Respiratório: Para um desempenho superior, Treinamento Desportivo**. São Paulo: Manole, 2013.

Bibliografia Complementar

BOMPA, T. **Periodização**. São Paulo: Phorte, 2002.

WEINECK, J. **Treinamento Ideal**. São Paulo: Manole, 2003.

ELLSWORTH, A. **Treinamento do Core**: Anatomia Ilustrada, Treinamento Desportivo, Manole 2012.
 AMULSKI, D.; HANS-JOACHIM M.; PRADO, L. S. **Treinamento Esportivo**, São Paulo: Manole, 2013.
 BARBANTI, V.J. **Treinamento Desportivo**: As capacidades motoras dos esportistas, Treinamento Desportivo. São Paulo: Manole, 2010.

Quadro 16 – Membros do Corpo Docente

Nome do Professores	Formação Inicial	Titulação	RT
Angelita Pereira dos Santos da Conceição	Educação Física	Doutora	DE
Jader de Andrade Bezerra	Educação Física	Doutor	DE
Jaqueline dos Santos Valente	Educação Física	Doutora	DE
José Reinaldo Cajado de Azevedo	Educação Física	Doutor	DE
Lucicléia Barreto de Queiroz	Educação Física	Doutora	DE
Mauro José de Deus Moraes	Educação Física	Doutor	DE
Miguel Junior Sordi Bortolini	Educação Física	Doutor	DE
Neméia de Oliveira Farias	Educação Física	Doutora	DE
Polyana Caroline de Lima Bezerra	Educação Física	Doutora	DE
Rosângela A. Bertocco Macedo	Educação Física	Doutora	DE
Shirley Regina de Almeida Batista	Educação Física	Doutora	DE
Adriane Corrêa da Silva	Educação Física	Mestre	DE
Aristéia Nunes Sampaio	Educação Física	Mestre	DE
Carlos Roberto Teixeira Ferreira	Educação Física	Mestre	DE
Eduardo Andrade Gonçalves	Educação Física	Mestre	DE
Eliane Elicker	Educação Física	Mestre	DE
Jeane Maria Moura Costa	Educação Física	Mestre	DE
Jefferson Teixeira Sarmento de Lima	Educação Física	Mestre	DE
João Petrolitano Gonçalves de Assis	Educação Física	Mestre	DE
Oyatagan Levy Pimenta da Silva	Educação Física	Mestre	DE
Sandro Victor Alves Melo	Educação Física	Mestre	DE
Norma Suely Tinoco Lima	Educação Física	Esp.	DE
Rejane Marcelina Ribeiro Pascoal	Educação Física	Esp.	20h

Quadro 17 – Membros do Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação Física.

Portaria do Colegiado Vigente no Período de Tramitação do PPC	Nome	Área de Atuação	Centro
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	João Petrolitano Gonçalves de Assis	Educação Física	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Angelita Pereira dos Santos da Conceição	Educação Física	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Lucicléia Barreto Queiroz	Educação Física	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Jefferson Teixeira Sarmento de Lima	Educação Física	CCSD

Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Shirley Regina de Almeida Batista	Educação Física	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Rejane Marcelina Ribeiro	Educação Física	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Oyatagan Levy Pimenta da Silva	Educação Física	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Jader de Andrade Bezerra	Educação Física	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Rosângela Aparecida Bertocco Macedo	Educação Física	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Nemeia de Oliveira Farias	Educação Física	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Aristéia Nunes Sampaio	Educação Física	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Pierre André Garcia Pires	Pedagogia	CELA
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Viviani Fernanda Hojas	Pedagogia	CELA
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	João Carlos de Oliveira Filho	-	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Bruno Moreira da Silva	-	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Joamerson Paz de Andrade	-	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Thalisney Souza de Paiva	-	CCSD
Portaria nº 1937, de 18 de julho de 2022	Geovane Bruno Guimaraes Cordeiro	-	CCSD

Quadro 19 – Membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Educação Física.

Nome do Professores	Número da Portaria
Profa. Dra. Lucicléia Bareto de Queiroz	Portaria nº 1832, de 18 de julho de 2022
Profa. Dra. Rosângela Aparecida Bertocco Macedo	Portaria nº 1832, de 18 de julho de 2022
Profa. Dra. Angelita Pereira dos Santos	Portaria nº 1832, de 18 de julho de 2022
Profa. Dra. Shirley Regina de Almeida Batista	Portaria nº 1832, de 18 de julho de 2022
Profa. Dra. Neméia de Oliveira Farias	Portaria nº 1832, de 18 de julho de 2022
Profa. Dra. Jaqueline dos Santos Valette Barros	Portaria nº 1832, de 18 de julho de 2022
Prof. Dr. Pierre André Garcia Pires	Portaria nº 1832, de 18 de julho de 2022
Prof. Me. João Petrolitão Gonçalves de Assis	Portaria nº 1832, de 18 de julho de 2022
Prof. Me. Jefferson Teixeira Sarmiento de Lima	Portaria nº 1832, de 18 de julho de 2022
Profa. Esp. Rejane Marcelina Ribeiro	Portaria nº 1832, de 18 de julho de 2022
Profa. Esp. Norma Suely Tinocco Lima	Portaria nº 1832, de 18 de julho de 2022

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de acordo com a Resolução CONAES nº 01, de 17-07-2010, OF.CIRC.MEC/INEP/DAES/CONAES Nº 0074, de 31-08-2010 e o Regimento

Geral da UFAC, constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas, de natureza consultiva, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso de graduação. São atribuições do NDE:

- Contribuir para consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Educação Física.

A composição do NDE deve ser definida pelos Colegiados dos cursos de Educação Física Licenciatura e Educação Física Bacharelado pelo e terão em sua composição um mínimo de: 05 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente de cada curso; 60% (sessenta por cento) dos seus membros devem possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; e, 20% (vinte por cento) dos seus membros devem ter regime de trabalho integral. Os docentes são eleitos para o NDE, terão mandato de 03 (três) anos, sendo renováveis, respeitado o Regimento Geral da UFAC. O NDE será presidido por um de seus membros, eleito pela maioria, para um mandato de 03 (três) anos, podendo ser reconduzido.

Quadro 21 – Núcleo de Apoio a Inclusão (NAI) para Atendimento Educacional Especializado (Membros da Equipe Multidisciplinar (Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, técnicos e intérpretes)

Nome	Função
João Xavier	Coordenador
Antônia Diniz	Técnica em Assuntos Educacionais
Bruno Ramos	Fisioterapeuta
Carla Perez	Assistente Social

4 METODOLOGIA ADOTADA PARA A EXECUÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DO CURSO

Os cursos de Licenciatura em Educação Física, prioritariamente, se constituem num espaço estimulador de uma postura crítica-reflexiva, frente ao desenvolvimento pessoal, profissional e organizacional. Nesse sentido, a mobilização de saberes tradicionais, da experiência e do conhecimento sistematizado irão mediar o processo de construção da

identidade dos futuros profissionais em Educação Física. Tais saberes devem ser valorizados, problematizados e investigados ao longo da formação.

Neste sentido, o esforço metodológico para a formação da proposta pedagógica, passa pela compreensão das diversas teorias que orientam o fazer profissional das áreas de licenciatura e das áreas de bacharelado em Educação Física, tornando esse movimento um eixo balizador do processo formativo. A metodologia visa o processo formativo em sua totalidade, considerando as dimensões de aprendizagem, implantação, gestão e avaliação dos cursos, através do dialógica igualitário, da pluralidade cultural, da democracia na gestão dos processos acadêmicos, nas relações interpessoais e profissionais e no uso das novas tecnologias de otimização da aprendizagem.

Essas atividades foram incorporadas às várias disciplinas, constantes na estrutura curricular do curso. Tais atividades visam desenvolver nos graduandos a capacidade de se exprimir com clareza conceitos de ciências exatas, em especial os conteúdos da Educação Física. O curso apresenta o cronograma de quatro anos para o cumprimento da carga horária proposta de 3210 horas. A estrutura curricular foi reformulada visando contemplar o estudo e aplicação do movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

Os campos mencionados acima deverão contemplar conteúdos que visem à formação de um profissional generalista, humanista e crítico. Este profissional deverá ser qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

5 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A verificação de aprendizagem nos Cursos de Graduação é tratada no Regimento Geral da UFAC, aprovado na Resolução nº 30, de dezembro de 2011 do CONSU e alterada pela Resolução de nº 50, de 19 de setembro de 2013 do CONSU.

A avaliação da aprendizagem deverá ser coerente com os princípios da Universidade, ou seja, de forma processual, mediadora, formativa e contínua e permitir a verificação da aprendizagem do ponto de vista significativo, possibilitando ao aluno a aquisição dos conhecimentos específicos, das competências e habilidades propostas no diálogo professor-aluno.

A avaliação está intrinsecamente relacionada ao processo pedagógico e deve estar inserida de tal modo que valorize cada educando no seu nível de maturidade e compreensão. Deve ser usada como ferramenta durante todo o processo de aprendizagem e os instrumentos de avaliação precisam ser diversificados, com momentos de análise, reflexão, envolvimento e tomada de decisões, tanto do professor como do aluno.

O processo avaliativo deve ser capaz de verificar o domínio de conteúdo específicos de cada disciplina; a capacidade de estabelecer relações entre os conteúdos vistos no âmbito da mesma disciplina e entre os das demais disciplinas do currículo; o tipo de posicionamento do aluno frente ao conhecimento científico. O instrumento para avaliação da aprendizagem poderá incluir prova escrita, oral, prova prática, debates, trabalho de pesquisa, trabalho de campo, trabalho individual, trabalho em grupo, seminário, relatório ou outro, de acordo com a natureza do componente curricular, respeitando a autonomia docente e de acordo com a legislação interna para avaliação da aprendizagem (Regimento Geral da UFAC do Art. 278 ao 298).

A Resolução nº 50, de 19 de setembro de 2013 do CONSU, estabelece:

Art. 306 A verificação da eficiência compreenderá as avaliações progressivas e a avaliação final, que devem verificar o desenvolvimento das competências e habilidades e versar sobre os conteúdos propostos no programa da disciplina.

§ 1º Entende-se por avaliações progressivas aquelas feitas ao longo do período letivo, consideradas “N1” (nota 1) e “N2” (nota 2), objetivando verificar o rendimento do aluno em relação ao conteúdo ministrado durante o período.

§ 2º A “N1” e a “N2” deverão corresponder, cada uma delas, à avaliação de, aproximadamente, cinquenta por cento do conteúdo programado para a disciplina, sendo aplicadas proporcionalmente no decorrer do período letivo.

§ 3º Para composição de cada “N1” e “N2”, o professor deverá utilizar, no mínimo, dois instrumentos de avaliação, devendo, para tanto, estar previsto no plano de curso da disciplina.

§ 4º A última avaliação da “N1” deverá ser aplicada até o encerramento da metade do conteúdo programático.

§ 5º A última avaliação da “N2” não poderá ser aplicada antes de decorrido, pelo menos, 85% do conteúdo programático.

Art. 308 As provas teóricas devem ser aplicadas dentro das dependências da Universidade Federal do Acre, nas datas e horários regulares estabelecidos para cada disciplina.

Art. 309 O professor deve discutir com os alunos os resultados obtidos em cada instrumento de avaliação, esclarecendo as dúvidas pertinentes.

Art. 310 As avaliações escritas progressivas (“N1” e “N2”), depois de corrigidas, serão devolvidas ao aluno pelo professor em sala de aula, com a respectiva divulgação do rendimento escolar.

§ 1º A divulgação das notas de qualquer atividade de avaliação deverá ser feita antes da aplicação do instrumento de avaliação subsequente, sob pena de a referida avaliação ser anulada.

Art. 311 A divulgação do rendimento escolar ocorrerá no momento da devolução das provas aos alunos, devendo ser feita, obrigatoriamente, no sistema operacional da Universidade Federal do Acre.

Art. 313 Será assegurado ao aluno o direito à segunda chamada das provas ou prorrogação para realização ou entrega de outras avaliações, quando justificada a ausência por impedimento legal ou motivo de doença, devidamente comprovados, desde que solicitada ao Colegiado de Curso, por escrito, até três dias úteis após a avaliação.

Art. 314 Será considerado aprovado na disciplina o aluno que, cumulativamente, obtiver:

I – no mínimo 75% da frequência às atividades didáticas programadas para o período letivo;

II – média final (MF) igual ou superior a cinco no período letivo correspondente.

Art. 315 Não haverá abono de faltas, ressalvados os casos previstos em lei.

Art. 316 Será considerado aprovado na disciplina, com dispensa do exame final, o aluno que, cumprido a frequência mínima exigida, obtiver média parcial igual ou superior a oito.

Parágrafo único. A média parcial (MP) é obtida pela média aritmética de “N1” e “N2” ($MP = [N1+N2] / 2$).

Art. 317 Terá direito ao exame final (EF) o aluno que cumprir a frequência mínima exigida nas atividades acadêmicas e que não tiver obtido média parcial igual a zero.

6 AUTOAVALIAÇÃO DOS CURSOS

Os processos de avaliação interna e externa estão previstos na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão

da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional

A autoavaliação é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações.

Conforme a nota técnica INEP/DAES/CONAES nº 065 de 09 de outubro de 2014, a autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento.

Dessa forma, o sistema de auto avaliação do Curso de Educação Física da Ufac observará indicadores de ensino, pesquisa e extensão e estará respaldado em indicadores quantitativos e qualitativos.

Os aspectos quantitativos que subsidiarão a avaliação do curso incidirão em dados de fluxo estudantil, como número de candidato vaga no processo seletivo, frequência, taxas de evasão, repetência, rendimento escolar, bem como dados semestrais das avaliações, realizadas pelos estudantes, das disciplinas cursadas e dos dados anuais das avaliações realizadas pela CPA – Comissão Própria de Avaliação, dentre outros que são comparados com os dados estatísticos oficiais fornecidos pelo INEP.

A avaliação dos docentes, dentro do processo de avaliação quantitativa - qualitativa, permitirá um acompanhamento das ações do professor por parte: dos discentes; do colegiado; da autoavaliação docente; Tutoria aos docentes em estágio probatório e avaliação das condições de trabalho.

Como aspectos qualitativos ocorrerão o acompanhamento da inserção do egresso do curso no mercado de trabalho, inclusive com o acompanhamento dos resultados dos concursos públicos, além de outros indicadores qualitativos tomados como referência a partir dos eventos

pedagógicos que serão promovidos pelo curso de Educação Física, quando da ocorrência de debate acadêmico entre discentes, docentes e egressos.

7 GESTÃO DO CURSO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A gestão do curso de Licenciatura em Educação Física será realizada pelo colegiado do Curso de Licenciatura em Educação Física, assim como o Núcleo Docente Estruturante NDE.

O Colegiado será presidido pelo coordenador do curso ou seu vice coordenador, representantes docentes e por representantes discentes na proporção fixada em legislação vigente.

Será de competência do Colegiados de Curso e do NDE, cumprir e fazer cumprir as determinações estabelecidas no Regimento Interno do UFAC, assim como, gerenciar os resultados da autoavaliação institucional e autoavaliação do Curso.

Cabe rá aos colegiados dos cursos, juntamente com os Núcleos Docentes Estruturantes, propor projetos que possibilitem estar continuamente avaliando a aprendizagem, gestão e Estrutura Curricular com o objetivo de:

- Analisar o resultado da autoavaliação do curso.
- Elaborar um plano de ações de melhorias ou manutenção a curto a médio e longo prazo.
- Garantir a instalação de metodologias que primem por planejamentos coletivos que visem integrar o máximo possível as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Estar acompanhando a implantação da estrutura curricular sempre em uma discussão aberta e coletiva.
- Acompanhar as orientações legais, teóricas e as necessidades práticas de forma a manter o currículo sempre atualizado.

A avaliação interna das disciplinas será realiza semestralmente por meio do preenchimento de um questionário disponível no Portal do Aluno disponibilizado pela Pró-Reitoria de Graduação, contando com uma análise crítica das disciplinas cursadas pelos estudantes. Os dados resultantes da avaliação são tabulados, transformados em gráficos e disponibilizados às coordenações de cursos que, junto aos respectivos Núcleo Docente Estruturante (NDE), irão analisar e enviar os resultados aos colegiados. O objetivo é propor metas e estratégias voltadas para reduzir ou eliminar as fragilidades identificadas.

De maneira geral a autoavaliação do curso segue o padrão da avaliação externa do curso, entendendo que a mesma orienta de maneira apropriada as atividades avaliativas internas, além de facilitar o processo de geração de banco de dados e, posterior alimentação de sistemas avaliativos “online” no INEP.

Desta forma, quanto a abrangência, a avaliação deverá contemplar:

- Avaliação instrucional que deverá abranger a análise do projeto pedagógico do curso, do corpo docente e a infraestrutura utilizada de forma direta ou indireta pelo curso;
- A avaliação de serviços que abrange a análise da infraestrutura, dos serviços e dos recursos humanos oferecidos para o curso;
- A avaliação de gestão que deverá abranger as áreas acadêmicas e pedagógicas, nos seus diferentes níveis hierárquicos.

Para tanto, os diferentes textos e ferramentas, com seus indicadores e critérios ficam organizados em três dimensões:

Dimensão 1: Organização didática e pedagógica

PDI, PPC, Gestão e Avaliação do Curso.

Dimensão 2: Corpo social

Dirigentes, Docentes, técnicos, discentes e egressos, prestadores de serviços gerais.

Dimensão 3: Infraestrutura física e logística

Instalações gerais e específicas, salas de aula, biblioteca, laboratórios, veículos e mecanismos diversos de funcionamento.

Outros aspectos gerais avaliados pelos diferentes agentes (alunos, professores e técnicos), são as instalações gerais e específicas, salas de aula, biblioteca, laboratórios, veículos e mecanismos diversos de funcionamento.

A avaliação deverá manter uma natureza formativa e utilizar diferentes instrumentos que resultarão em relatórios e análises qualitativas. As diferentes dimensões a serem avaliadas pelos diferentes agentes (alunos, professores, técnicos, coordenador, dentre outros) poderão ser subdivididas em CATEGORIAS. Para cada categoria existirão os INDICADORES, que são evidências quantitativas ou qualitativas, que, de uma forma simples ou complexa, caracterizam o estado da categoria. No Programa de Avaliação e Autoavaliação do Curso também devem existir questões de resposta aberta e textual onde os agentes poderão expressar suas críticas e sugestões.

8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (OBRIGATÓRIO)

Conforme o Regimento Geral da UFAC o Estágio é uma atividade acadêmica específica, disciplinada pela legislação vigente. O estágio curricular obrigatório é aquele definido no Projeto Pedagógico do Curso como componente curricular indispensável para integralização curricular. Assim o Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação Física, visa dar cumprimento aos dispositivos legais pertinentes, a Lei nº 11.788, de dezembro de 2008:

Art.1 Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art.2 O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art.3 O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2 da Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º da Lei e por menção de aprovação final.

O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Nestes termos, o Estágio Supervisionado é um componente curricular obrigatório nos cursos de Licenciatura em Educação Física, e requer o cumprimento de determinadas exigências legais que autorizam a prática profissional. O estágio, ao ser considerado parte da estrutura curricular dos cursos de Graduação em Educação Física, e por integrar a carga horária dos cursos, torna-se pré-requisito para a obtenção do certificado de conclusão.

Atualmente a Resolução Nº 06/2018 do CNE, que institui as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em Educação Física, estabelece:

CAPÍTULO III - DA FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Art. 11 As atividades práticas da etapa específica da Licenciatura deverão conter o estágio supervisionado, bem como outras vinculadas aos diversos ambientes de aprendizado escolares e não escolares.

§ 1º O estágio deverá corresponder a 20% das horas referenciais adotadas pelo conjunto do curso de Educação Física ao aprendizado em ambiente de prática real, e deverá considerar as políticas institucionais de aproximação ao ambiente da escola e às políticas de extensão na perspectiva da atribuição de habilidades e competências.

§ 2º O estágio deverá expressar e integrar o conjunto de atividades práticas realizadas ao longo do curso e ser oferecido, de forma articulada, com as políticas e as atividades de extensão da instituição com curso.

§ 3º Os graduandos em atividades de estágio deverão ter seu desempenho e aproveitamento avaliado por metodologia própria desenvolvida no âmbito do Projeto Pedagógico Curricular do Curso e do Projeto Institucional.

9 ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

O estágio não obrigatório, previsto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, poderá ser realizado voluntariamente pelo estudante para enriquecer a sua formação acadêmica e profissional, não podendo ter sua carga horária contabilizada para a integralização curricular.

Em consonância com Resolução CONSU nº 14, de 06 de dezembro de 2010, em seu art. 3º, parágrafo 2º - O estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso o qual constitui atividade de formação acadêmico-profissional do aluno.

10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um documento que apresenta o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa, e outros ministrados, devendo ser feito sob a coordenação de um orientador.

Para todos os discentes do Curso de Licenciatura em Educação Física, o TCC representa uma atividade acadêmica avaliativa e obrigatória que consiste em um trabalho de ensino, pesquisa, prática assistencial ou educativa, orientado por um docente do curso de Educação Física da Universidade Federal do Acre, podendo ter um co-orientador, desde que tenha aceitação do orientador principal.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo permitir uma imersão do aluno no campo de atuação profissional em educação física, dando embasamento sobre questões relevantes respaldadas em literatura pertinente.

O Trabalho poderá ser construído em qualquer período do curso, porém sua sistematização deverá ser realizada nas disciplinas TCC I e TCC II, durante o 6º e 8º períodos do curso, tendo como pré-requisito a disciplina de Metodologia da Pesquisa.

O TCC poderá ser feito por até dois (2) alunos. Estes deverão cumprir o objetivo de propiciar aos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação Física a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido no decorrer do curso, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à consulta de bibliografias especializadas, aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica das diversas ciências e de sua aplicação e promoção da discussão de temas relevantes à Educação Física no contexto local, regional e nacional; desenvolver capacidades criativas, inovadoras, além da comunicação escrita, oral e gráfica; desenvolver aspectos humanos e éticos por meio da interação com outros profissionais e contribuir com o processo de avaliação da proposta pedagógica do curso de graduação em Educação Física.

A definição do Professor Orientador é de livre escolha do aluno, devendo o professor manifestar seu aceite por escrito, no formulário de “Termo de aceite de orientação”, incluindo co-orientação, se houver.

O trabalho de TCC deve ter início no 6º (sexto) período do Curso de Educação Física na disciplina de TCC I, com a definição do tema, orientador e assinatura do Termo de Compromisso de Orientação, com a finalidade da elaboração do projeto de pesquisa. No final do 6º (sexto) período, deverá ser realizada a apresentação do projeto para os professores que colaboram na disciplina e também para os demais alunos. No 8º (oitavo) período, na disciplina

de TCC II, destinada a realização e conclusão da pesquisa, deverá ocorrer a defesa em apresentação pública do TCC.

A orientação do discente deverá ser realizada por um docente do curso de Educação Física da Universidade Federal do Acre (Resolução CNE nº 6, de 18 de dezembro de 2018, art. 25, alínea d), podendo ter um co-orientador, desde que tenha aceitação do orientador principal.

Todo material científico produzido durante o TCC será considerado de domínio público, respeitando-se os direitos autorais, conforme disposto no Código Civil, Lei Ordinária nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998.

O TCC deverá ser apresentado no formato de monografia ou artigo científico, seguindo as diretrizes estabelecidas no regulamento de TCC (Anexo II).

O trabalho produzido deverá ser submetido a uma banca de avaliação, composta pelo orientador e dois membros convidados, respeitando, de forma obrigatória, as áreas de atuação dos professores previstas no PPC do curso. A banca do TCC deverá ser previamente aprovada pelo colegiado do curso.

O trabalho escrito deverá ser entregue à coordenação do curso com 10 (dez) dias de antecedência da possível data de defesa para avaliação prévia da banca. Caso haja o deferimento o aluno se tornará apto a defender na data pré-agendada. No indeferimento desta etapa o aluno terá até 10 (dez) dias para realizar os devidos ajustes e realizar a nova defesa. Tanto a apresentação, quanto a arguição serão públicas, sendo, contudo, vetada o pronunciamento dos demais expectadores. A apresentação oral deverá durar entre 20 a 30 minutos, sendo seguida da arguição que terá a duração máxima de 10 minutos por cada membro da banca. Após possíveis correções e alterações sugeridas pela banca, o aluno deverá entregar no prazo de até 30 (trinta) dias duas cópias impressas e duas digitais em CD salvas no formato de PDF a biblioteca deste Campus para acesso público.

O aluno se tornará apto a requerer a defesa do TCC após ter integralizado 80% dos créditos totais do curso.

Todas as competências, formulários e demais normativas não descritas no PPC, sobre o TCC do Curso de Educação Física estão regulamentadas por meio do Regulamento de TCC (Anexo II).

11 CURRICULARIZAÇÃO DE EXTENSÃO

A curricularização das ações de extensão consiste na integralização de atividades extensionistas no processo formativo do discente. É a regida pela resolução nº 31, de 15 de dezembro de 2020, que regulamenta a curricularização das ações de extensão dos cursos de

graduação da Universidade Federal do Acre (Ufac), para atender o estabelecido na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e dá outras providências, em especial a Meta 12, estratégia 12.7; a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

Entende-se por Ação Curricular de Extensão (Acex) um conjunto de atividades planejadas e/ou desenvolvidas juntamente com a comunidade externa, com o objetivo de desenvolver habilidades e competências previstas no currículo, nas quais os(as) estudantes serão protagonistas na organização e execução.

As Acex devem ter relevância acadêmica, científica e social e se efetivam por meio de “intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante”, conforme disposto no art. 7º da Resolução nº 7/2018 MEC/CNE/CES, será incorporada à matriz curricular de forma indissociável com o ensino e a pesquisa integrando o percurso acadêmico do discente.

A curricularização das ações de extensão é obrigatória para todos os(as) estudantes, e será composta de no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular conforme disposto no art. 4º da Resolução nº 7/2018 MEC/CNE/CES.

A carga horária referente à curricularização das ações de extensão do Curso de Educação Física, será integrada aos componentes curriculares teóricos e/ou práticos das disciplinas, excetuando atividades de estágios e trabalhos de conclusão de curso, e de forma dissociada das disciplinas, através de programas e projetos de extensão, desde que siga as diretrizes da Resolução nº 31, de 15 de dezembro de 2020, CEPEX e previstas no regulamento de curricularização da Extensão do Curso de Educação Física (anexo III).

Para efeito de curricularização da extensão nas atividades de ensino, estão definidas 16 (dezesseis) disciplinas curricularizáveis (quadro 5), cujos componentes curriculares coadunam com a definição, princípios e modalidades previstos nessa da Resolução nº 31, de 15 de dezembro de 2020/CEPEX, com definição de 8 horas de suas respectivas cargas horárias, para as ações de curricularização, totalizando 128 horas. As Acex serão detalhadas nos planos de curso das referidas disciplinas e devem ser avaliadas progressivamente por meio da “N1” (nota 1) e “N2” (nota 2).

As Acex desenvolvidas dissociadas das disciplinas, serão ofertadas de forma periódica com carga horária total de 200 horas, divididas nos semestres letivos. Para que as ações de extensão, realizadas de forma dissociadas das disciplinas sejam curricularizadas, há a necessidade de estarem integradas as ações de extensão dos cursos de Educação Física

normatizadas por meio do regulamento da curricularização da Extensão do Curso de Educação Física (anexo III).

As Acex serão certificadas pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proex), sendo cadastradas na Plataforma de Ações de Extensão e Cultura (Paec), possuindo formulários de submissão e certificação simplificados, seguindo o disposto no PPC vigente e as demais orientações contidas nas normativas do regulamento da curricularização da Extensão do Curso de Educação Física. No caso de certificados emitidos por outras IES credenciadas pelo MEC, o(a) estudante deverá solicitar a validação da carga horária junto ao Colegiado do Curso, para fins de cômputo e integralização curricular.

Quadro 5. Disciplinas definidas para a curricularização

CÓDIGO	DISCIPLINA NÚCLEO COMUM	CH
CCSD361	Aprendizagem Motora	8
	Atividades Rítmicas e Dança	8
	Ginásticas Competitivas	8
	Atividades Aquáticas I	8
	Atividades Aquáticas II	8
	Atletismo I	8
	Atletismo II	8
	Basquetebol	8
	Voleibol	8
	Futebol	8
	Futsal	8
	Handebol	8
	Ginástica na Escola	8
	Educação Física no Ensino Infantil e Fundamental I	8
	Educação Física no Ensino Fundamental II	8
	Educação Física no Ensino Médio e outras Modalidades de Ensino	8
Total		128h

12 LEGISLAÇÃO BÁSICA

12.1 Legislação Federal

- Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

- Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências.

- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e dá outras providências, em especial a Meta 12, estratégia 12.7; a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.
- Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010 - Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, normatiza o Estágio Curricular não Obrigatório.
- Lei nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008 - que dispõe sobre o estágio de estudantes.
- Portaria SINAES Nº 1081, de 29 de agosto de 2008 - aprova em extrato o instrumento de avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.
- Portaria Normativa/MEC n.º 40, de 12 de dezembro de 2007, reeditada em 29 de dezembro de 2011. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.
- Resolução CNE/CES Nº 3, de 02 de julho de 2007 – Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Resolução nº 046/CONFEF/2002, de 18 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre a intervenção do profissional de Educação Física e respectivas competências e define os seus campos de atuação profissional.
- Lei 9696/98 de 1º de setembro de 1998 Cria o sistema CONFEF/CREFS e reconhece a profissão de Educação física.
- Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

12.2 Normas e Legislação Institucional – UFAC

- Portaria MEC/SERES nº 921, de 27-12-2018, publicada no D.O.U., de 28-12-2018. Renovação de Reconhecimento do Curso de Educação Física Licenciatura.

- Portaria MEC/SERES Nº 60, de 02 de fevereiro de 2018, publicada no D.O.U., de 05 de fevereiro de 2018. Renovação de Reconhecimento do Curso de Educação Física Bacharelado.
- Resolução nº 31, CEPEX, de 15 de dezembro de 2020. Normatiza a Curricularização das Ações de Extensão.
- Regimento Geral da UFAC – regulamenta os dispositivos constantes no Estatuto da Universidade Federal do Acre nos aspectos de organização e de funcionamento comuns aos vários órgãos e às instancias deliberativas.
- Resolução Reitoria nº 03, de 29 de janeiro de 2009, regulamenta no âmbito da UFAC a modalidade de estágio não-obrigatório, homologada pela Resolução CONSU nº 08, de 05 de fevereiro de 2009, determina a inclusão da modalidade de estágio não-obrigatório nos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Acre.
- Resolução CONSU nº 09, de 05 de fevereiro de 2009, estabelece as Diretrizes para a Formação de Docentes da Educação Básica, em nível superior, dos Cursos de Licenciatura da Universidade Federal do Acre.
- Resolução CEPEX nº 14, de 06 de dezembro de 2010, resolve: aprovar as Normas Gerais de Estágio Supervisionado definindo as diretrizes de estágio para os cursos de Licenciatura e Bacharelado da Universidade Federal do Acre.
- Resolução Reitoria nº 06, de 30 de agosto de 2011, aprova ad referendum e estabelece normas para o horário de realização das Práticas e Estágios dos cursos de Graduação da UFAC, homologada pela Resolução CEPEX nº 026, de 14 de outubro DE 2011.

13 REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais – Curso de Educação Física. Resolução no 7, de 31 de março de 2017, Conselho Nacional de Educação – Brasil, 2007
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. Regimento Geral. Rio Branco-Acre, dezembro, 2011.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. Plano de desenvolvimento institucional – PDI – 2011 a 2014, Rio Branco-Acre, dezembro de 2010.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. Estatuto UFAC. Rio Branco, 2010.

ANEXOS

- ANEXO I - Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura em Educação Física.

ANEXO II - Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado de Bacharelado em Educação Física.

ANEXO III - Regulamento do TCC.

ANEXO IV - Regulamento da Curricularização da Extensão.

ANEXO V - Ata de aprovação do Projeto Pedagógico do Curso pelo NDE.

ANEXO VI - Ata de aprovação do Projeto Pedagógico do Curso pelo Colegiado de Curso.

ANEXO VII - Ata de aprovação do Projeto Pedagógico do Curso pela Assembleia de Centro.

ANEXO VIII - Portaria de designação do Núcleo Docente Estruturante.

ANEXO IX - Portaria de designação do Colegiado do Curso.